



**PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
DO CONCELHO DE
VIANA DO CASTELO
2021-2025**



FICHA TÉCNICA

Título

Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Viana do Castelo 2021-2025

Entidade Promotora



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

Câmara Municipal de Viana do Castelo

Passeio das Mordomas da Romaria 4904-877 Viana do Castelo

www.cm-viana-castelo.pt

Documento elaborado por

logframe



Logframe, Consultoria e Formação, Lda

Rua Sousa Pinto, 5, LT3, BL A, 2ºD, 1250-002 Lisboa

www.logframe.pt

Colaboração



Rede Social de Viana do Castelo

Núcleo Executivo do CLAS de Viana do Castelo

Aprovação em Sessão Plenária do CLAS

7 de Dezembro de 2021

Edição, Propriedade e Reprodução

Câmara Municipal de Viana do Castelo

Índice

1.	Nota introdutória.....	5
2.	Rede Social do Concelho de Viana do Castelo	6
2.1.	Natureza jurídica.....	6
2.2.	Localização.....	7
2.3.	Áreas de atuação	8
3.	Processo metodológico	9
4.	Síntese diagnóstica	11
4.1.	Ação Social, Famílias e Comunidade.....	12
4.2.	Saúde Mental.....	15
4.3.	Emprego e Formação Profissional	17
4.4.	Infância e Juventude.....	19
4.5.	Envelhecimento	21
4.6.	Deficiência e Incapacidade	23
5.	O Plano Estratégico de Intervenção Social do Concelho de Viana do Castelo (2021-2025) ...	26
5.1.	Eixos estratégicos de intervenção social.....	29
5.2.	Matrizes de planeamento.....	37
5.3.	Oportunidades e desafios à implementação do PDS	56
6.	Implementação e Avaliação do PDS.....	61
6.1.	Implementação do PDS do Concelho de Viana do Castelo	61
6.2.	Avaliação do PDS do Concelho de Viana do Castelo	63
7.	Referências Bibliográficas e sites consultados.....	66

1. Nota introdutória

O Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Viana do Castelo é, à semelhança do Diagnóstico Social, um dos produtos elaborados no âmbito do Programa Rede Social.

Segundo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro, encontra-se previsto que através do Programa Rede Social se *“fomente a solidariedade social, se otimizem as diferentes capacidades de resposta e se adaptem, com base nessa dupla dinâmica, as novas medidas de política social que se vão tornando necessárias e possíveis”*, preferencialmente *“sem a criação de novos organismos nem aumento, significativo, de despesas”*.

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) vem assim contribuir para o incremento do número de projetos locais, o que apenas é possível mediante a congregação e gestão eficiente dos próprios recursos e capacidades das organizações que intervêm no concelho. Os projetos locais constituem-se como uma resposta que irá, potencialmente, contribuir para a resolução dos problemas sociais, identificados previamente no Diagnóstico Social, permitindo o enquadramento de todas as intervenções a serem implementadas no âmbito do desenvolvimento social.

O Plano para além de ser a materialização de uma definição conjunta de objetivos prioritários para a promoção do desenvolvimento social local, é, ele próprio, um instrumento de planeamento, onde se encontram definidas as etapas e as estratégias a desenvolver em resposta às necessidades identificadas pelos atores locais e onde se encontram previstos processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações.

A definição do quadro estratégico do concelho de Viana do Castelo para 2021-2025, no âmbito do desenvolvimento e intervenção social, irá permitir:

- Orientar os processos de desenvolvimento social local, conferindo-lhes uma racionalidade estratégica;
- Reforçar a articulação entre políticas locais e políticas nacionais, com ganhos de eficácia e eficiência na aplicação de ambas;
- Dar continuidade e incrementar a relação de parcerias e sinergias entre atores locais, com vista à promoção de processos de intervenção social local mais consequentes e impactantes;
- Dotar o território e os seus atores de um instrumento de planeamento útil que permita enquadrar e justificar novos projetos e candidaturas a fontes de financiamento externas.

O presente documento encontra-se organizado em 5 capítulos. O primeiro capítulo permite uma caracterização sumária da Rede Social e do âmbito de atuação das entidades parceiras. O segundo capítulo centra-se no processo metodológico realizado para a construção do PDS. O terceiro capítulo aborda, de uma forma resumida, os problemas e necessidades identificadas como prioritárias no Diagnóstico Social. O quarto capítulo explora os eixos estratégicos e as suas respetivas medidas e, por último, o quinto capítulo é reservado para a implementação e avaliação do Plano.

2. Rede Social do Concelho de Viana do Castelo

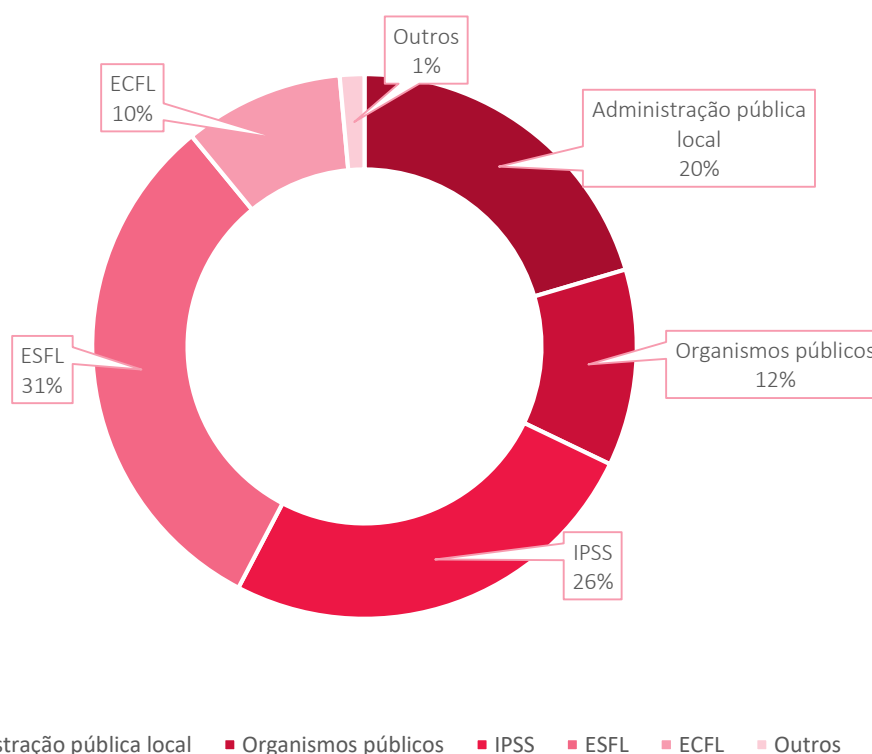
A Rede Social do Concelho de Viana do Castelo encontra-se materializada através do Conselho Local de Ação Social e pelo respetivo Núcleo Executivo.

O Conselho Local de Ação Social de Viana do Castelo (CLAS) foi constituído em 2004, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197 de 18 de novembro de 1997 e de acordo com as alterações introduzidas quer pela Declaração de Retificação n.º 10-0/98, quer pelo Decreto-Lei 115/2006 de 14 de junho.

Em julho de 2021 encontravam-se representadas 134 entidades parceiras no Plenário do CLAS, sendo o mesmo presidido pela Vereadora de Ação Social da Câmara Municipal de Viana do Castelo.

Seguidamente apresenta-se uma caracterização sumária das entidades parceiras do CLAS no que respeita à sua natureza jurídica, localização e áreas de intervenção.

2.1. Natureza jurídica

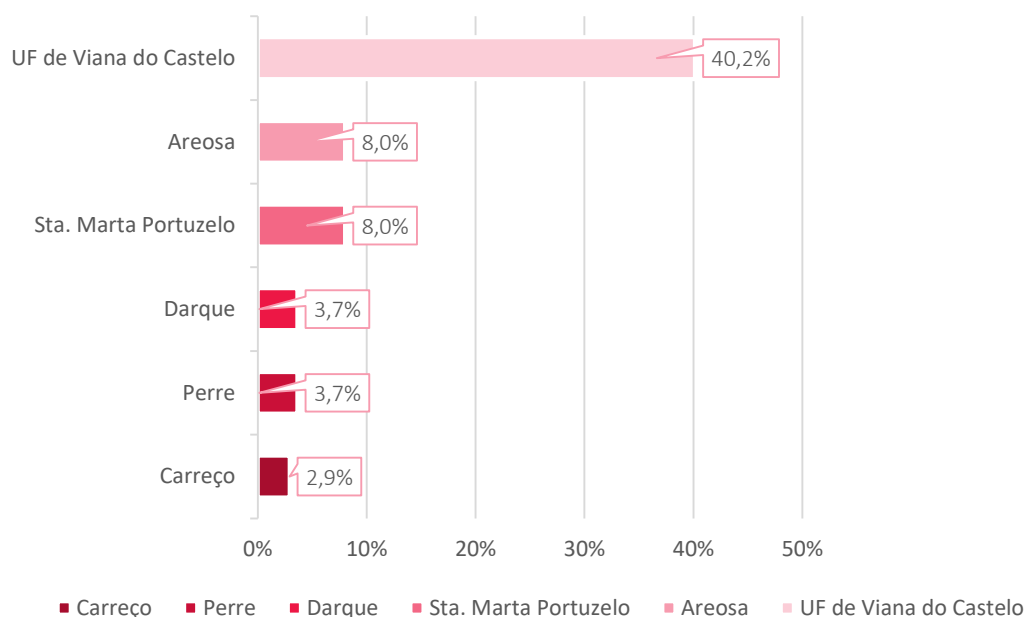


No que respeita à natureza jurídica das entidades parceiras que constituem a Rede Social de Viana do Castelo, verifica-se uma predominância de **Entidades Sem Fins Lucrativos (ESFL)** (Associações diversas, Conferências Vicentinas, Cooperativas, Sociedades, entre outras organizações), bem como de **Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)** e de entidades da **Administração Pública Local** (representantes de Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesias). Em quarto lugar encontram-se os Organismos Públicos (como por exemplo, os Agrupamentos de Escolas, a ULSAM, o IEFP, o Centro Distrital da Segurança Social) seguido das Entidades Com Fins Lucrativos (ECFL). As

entidades que se encontram categorizadas como “outros” são as que têm menor representação na Rede Social (são exemplo destas entidades, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e o Núcleo Local de Inserção).

2.2. Localização

Devido ao facto das entidades parceiras da Rede Social de Viana do Castelo atuarem em diferentes âmbitos territoriais (freguesia, concelho ou mesmo distrito e região), a sua caracterização foi realizada através da localização da sua sede institucional.



A maioria das entidades parceiras da Rede Social de Viana do Castelo encontra-se sediada na União de freguesias de **Viana do Castelo** (40,2%) e nas freguesias de **Areosa** e **Santa Marta Portuzelo** (8,03%, em cada uma). As freguesias de **Darque** e **Perre** encontra-se na terceira posição, com 5 entidades nela sediadas, seguida da freguesia de **Carreço**, com 4 entidades parceiras.

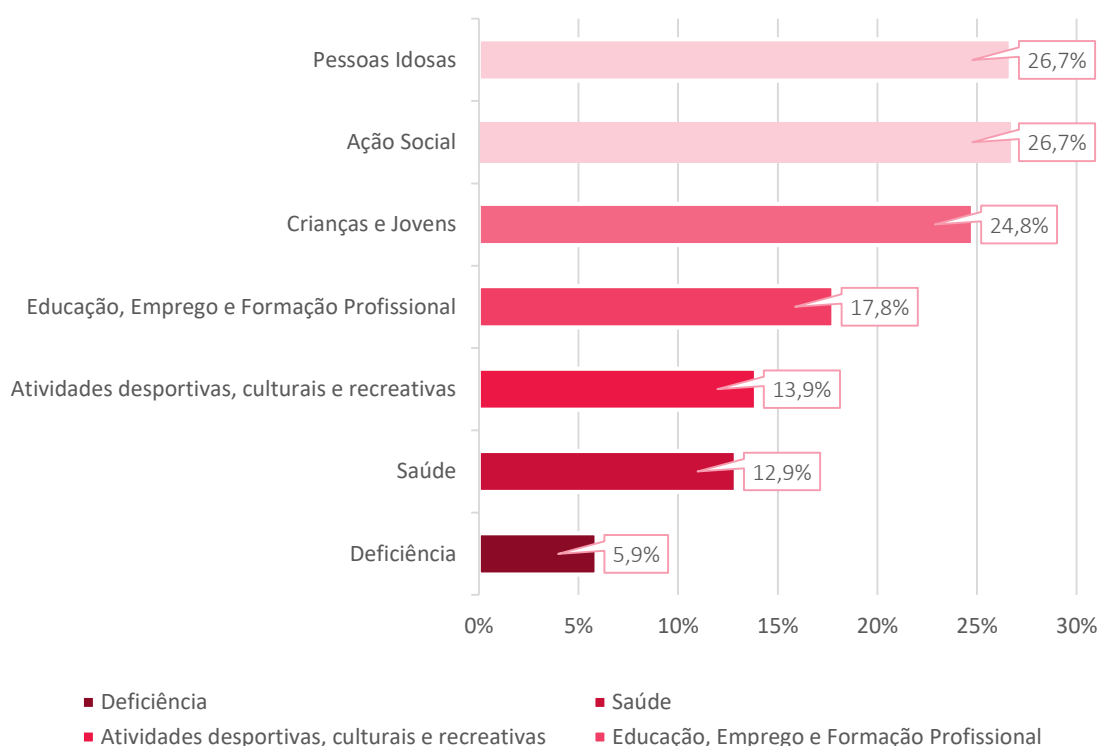
As restantes entidades parceiras encontram-se sediadas nas Uniões de freguesias de Barroelas e Carvoeiro, Geraz do Lima e Deão, Mazarefes e Vila Fria, Subportela, Deocriste e Portela Susã, Alvarães, Vila Franca e Vila Nova Anha (com 3 entidades parceiras sediadas em cada uma), nas freguesias de Afife, Castelo do Neiva, Chafé, Freixieiro Soutelo, Lanheses, Neiva, Outeiro e Vila Punhe (com 2 entidades parceiras sediadas em cada uma) e nas freguesias de Amonde, Montaria, Mujães, Cardielos e Serreleis, Nogueira, Meixedo e Vilar Murteda e Torre e Vila Mou (com uma entidade parceira sediada em cada).

Existem ainda duas entidades que se encontram sediadas fora do concelho de Viana do Castelo (GTI – Gestão, Tecnologia e Inovação SA e DGESTE – Direção de Serviços da Região Norte).

2.3. Áreas de atuação

As entidades parceiras da Rede Social de Viana do Castelo foram categorizadas, no que respeita à sua intervenção, nas seguintes áreas: Pessoas idosas; Crianças e jovens; Deficiência; Ação Social; Educação, Emprego e Formação Profissional; Atividades desportivas, culturais e recreativas; Segurança; Saúde e Comportamentos aditivos. Não foram contempladas na análise as entidades da Administração Pública Local, a DECO, a ARAAM, a COOPDES – Geraz do Lima, a EAPN e a empresa J. Canão, Lda..

As entidades que atuam em mais do que uma área de intervenção foram contempladas em todas as categorias em que se enquadram.



A maioria das entidades parceiras desenvolve a sua ação na área das “**Pessoas Idosas**” e na área da “**Ação Social**” (26,7%, 27 entidades cada).

A área das “**Crianças e Jovens**” é a segunda com maior representatividade (24,8%, 25 entidades), seguida da área da “**Educação, Emprego e Formação Profissional**” (17,8%, 18 entidades), da área “**Atividades desportivas, culturais e recreativas**” (13,9%, 14 entidades) e da área da “**Saúde**” (12,9%, 13 entidades).

As áreas de intervenção com menor representatividade na rede de parceiros são “**Deficiência**” (5,9%, 6 entidades), “**Comportamentos aditivos**” (1%, 1 entidade) e “**Segurança**” (1%, 1 entidade).

3. Processo metodológico

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Social de Viana do Castelo, surge em sequência da elaboração do Diagnóstico Social de Viana do Castelo 2020, sendo ambos parte integrante de um processo de planeamento da intervenção e desenvolvimento social de âmbito concelhio.

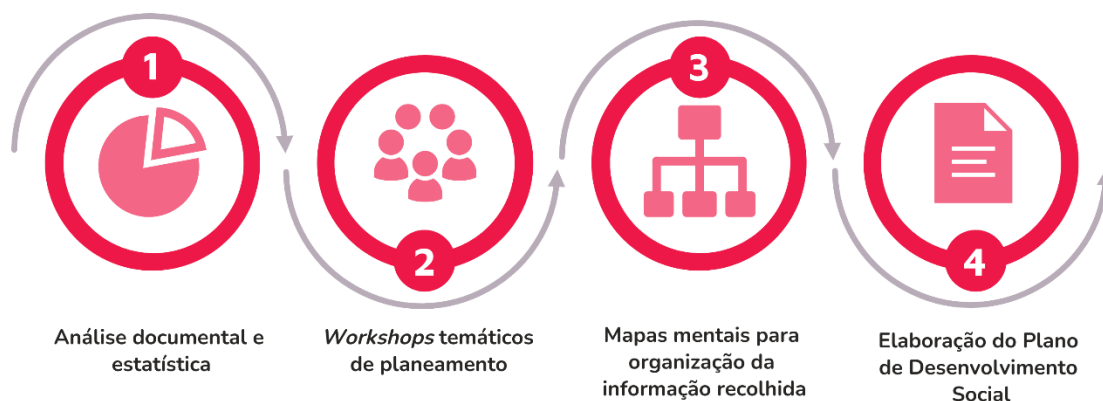


Tal como preconizado no Programa da Rede Social, o presente PDS desenvolve-se a partir do Diagnóstico Social elaborado, tendo assim como base as prioridades e linhas estratégicas de intervenção local definidas nesse documento.

Nesta linha, a metodologia utilizada na elaboração do Plano de Desenvolvimento Social de Viana do Castelo foi concebida e executada, à semelhança da metodologia utilizada para a realização do Diagnóstico Social, tendo por base dois tipos de informação distinta e complementar entre si – as perceções dos profissionais que trabalham nas diversas áreas de âmbito social e a informação que consta em planos de incidência territorial (nacional, regional e concelhia).

É já reconhecido, no âmbito do trabalho em parceria desenvolvido no concelho de Viana do Castelo, que é através de processos de articulação e partilha entre as entidades e os atores que intervêm no âmbito social, que melhor se identificam as necessidades e dimensões dos problemas sociais existentes no território, como também se equacionam as soluções que melhor poderão responder aos mesmos.

Assim, o processo de construção do PDS incidiu numa dinâmica de participação com as várias estruturas organizativas que integram a Rede Social. Foram desenvolvidos 6 *workshops online* de planeamento de âmbito concelhio e temático, abordando sobretudo as áreas prioritárias definidas em sede de Diagnóstico Social (Envelhecimento, Deficiência, Infância e Juventude, Ação Social, Famílias e Comunidade, Saúde / Saúde Mental e Emprego e Formação Profissional).



Tendo como ponto de partida as áreas identificadas no Diagnóstico Social como prioridades de intervenção e os problemas/necessidades associados às mesmas, foram elaborados objetivos que se encontram subjacentes às soluções propostas, tendo sido estas operacionalizadas através da definição de medidas/ ações prioritárias. Também foi reforçada a dimensão estratégica do PDS, tendo sido enumerado para cada objetivo e/ou ação prioritária os recursos e as entidades envolvidas para a sua execução, bem como a forma de os alcançar (estratégias), contemplando inclusive os fatores que podem ser facilitadores (potencialidades) ou limitadores (ameaças) do seu sucesso. A dimensão de monitorização e avaliação também se encontra contemplada através da definição dos indicadores de realização para cada medida / ação prioritária.

4. Síntese diagnóstica

A atualização do Diagnóstico Social do concelho de Viana do Castelo, cujo documento foi aprovado em maio de 2021, permitiu uma maior e melhor compreensão da realidade social do território, com a identificação de necessidades, problemas prioritários e suas causalidades, mas também permitiu identificar recursos e potencialidades locais, que se constituem como oportunidades de desenvolvimento.

No entanto, é importante ter em consideração a realidade desde março de 2020. O impacto da pandemia no contexto socioeconómico – no emprego, na saúde física e mental, na educação e na condição económica das famílias é incontornável. Estudos realizados recentemente corroboram que a pandemia COVID-19 veio acentuar o agravamento de desigualdades sociais de alguns grupos populacionais. É urgente refletir sobre a resposta das entidades locais aos desafios decorrentes desta crise, nomeadamente no apoio social aos grupos mais vulneráveis.

Nesta síntese diagnóstica iremos apresentar para cada área prioritária identificada no Diagnóstico Social, uma breve contextualização, onde constam os dados de caracterização atualizados, e um resumo dos principais problemas e necessidades identificadas pelos atores sociais.



Ação Social, Famílias e Comunidade



Saúde Mental



Emprego e Formação Profissional



Infância e Juventude



Envelhecimento



Deficiência e Incapacidade

4.1. Ação Social, Famílias e Comunidade

A área “Ação social, família e comunidade” é transversal a todas as áreas identificadas como sendo prioritárias de intervenção social no concelho de Viana do Castelo (habitação, saúde mental, envelhecimento, deficiência / incapacidade e infância e juventude). As necessidades e problemas identificados neste âmbito podem contribuir para acentuar algumas das necessidades e problemas referidos nas restantes áreas.

No ano 2019, o limiar de risco de pobreza monetária atingiu os 540€ (valor mensal). Nesse mesmo ano, os valores médios das pensões de velhice, invalidez e de sobrevivência dos pensionistas residentes no concelho de Viana do Castelo e o valor médio do subsídio de desemprego encontravam-se abaixo desse mesmo valor (477€, 456€, 258€ e 215€ respetivamente), o que podem ser indicadores da existência de possíveis situações de vulnerabilidade ou carência económica no concelho.

No ano 2019 residiam no concelho 1.306 pessoas beneficiárias do rendimento social de inserção (aproximadamente 1,5% da população residente), 40% das quais com menos de 25 anos (523 pessoas).

No que respeita à situação laboral no ano 2020, registou-se o número médio de 2.315 pessoas em situação de desemprego inscritas no Centro de Emprego, o que equivale a, aproximadamente, 4 em cada 100 pessoas entre os 15 e os 64 anos residentes no concelho (valor mais elevado comparativamente com os dois anos anteriores). A grande maioria das pessoas inscritas no Centro de Emprego encontrava-se à procura de novo emprego (91,6%) e tem mais de 35 anos (67,3%).

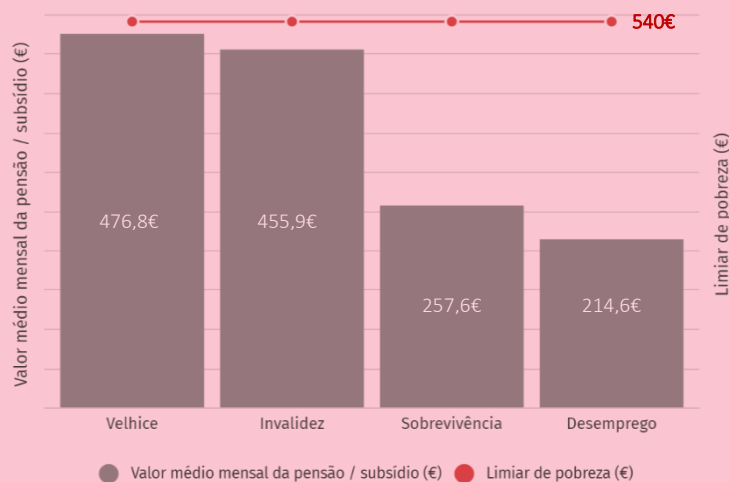
Relativamente à habitação, registou-se no segundo semestre de 2020, o valor mediano mais elevado, das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, dos últimos 3 anos (4,73€/m²). Em agosto de 2020, existiam 468 fogos de habitação social (dos quais 236 são propriedade do município), na sua maioria localizados na freguesia de Darque.

N.º de beneficiários de pensões e subsídios residentes no concelho de Viana do Castelo (2019):



5.552 pessoas / famílias em situação de risco apoiadas pela Cáritas Diocesana de Viana do Castelo, SAAS e GAF (aprox. 6,6% da pop. residente) (2020)

Principais apoios: pecuniário, alimentar, psicossocial



De acordo com o Diagnóstico Social do Concelho de Viana do Castelo 2020, os atores sociais destacaram como principais áreas onde existem problemas e necessidades no âmbito da Ação Social, Família e Comunidade:

4.1.1. Carência económica dos agregados familiares

Os atores sociais consideram que existem agregados familiares residentes no concelho de Viana do Castelo que se encontram em situação de carência económica. Os dados relativos à proteção social corroboram as perceções dos atores sociais, especificamente no que respeita à população mais idosa. A dificuldade em ter acesso a uma habitação a custos compatíveis com os rendimentos das famílias, a precariedade dos vínculos laborais, os salários reduzidos e a baixa escolaridade da população são promotoras de uma maior vulnerabilidade económica das famílias. A vulnerabilidade económica das famílias pode contribuir para a manifestação de outros problemas e necessidades identificados pelos atores sociais, nomeadamente a insuficiência do apoio familiar ao longo do ciclo de vida.

Fragilidade do apoio familiar

Os atores sociais consideram que, também devido às condições de emprego e da situação económica, existem fragilidades no apoio e acompanhamento familiar em diferentes fases do ciclo de vida e em determinadas situações, nomeadamente:

- **Em situações de maior dependência e incapacidade** (deficiência e envelhecimento)

A insuficiência dos recursos existentes na comunidade e os custos elevados das respostas do sector privado, exigem das famílias a prestação de cuidados informais. Estes, são muitas das vezes realizados sem qualquer formação, o que contribui para um maior desgaste físico e psicológico.

A situação profissional dos cuidadores informais e a carência económica dos mais idosos, também pode contribuir para situações de isolamento desta população. As famílias não têm disponibilidade para garantir o cuidado e os equipamentos não são suficientes para assegurar os cuidados necessários às suas necessidades. Em última análise, a falta de apoio formal e informal poderá contribuir para o agravamento do estado de saúde física e mental dos mais idosos e das pessoas com maior incapacidade.

- **Na infância e juventude**

A mesma análise é feita para o acompanhamento das crianças e dos jovens. Sem respostas suficientes ao nível da ocupação de tempos livres, principalmente em períodos de pausas letivas, e com poucas respostas ajustadas, em termos de horários e serviços, às necessidades das famílias, estas podem sentir dificuldades em prestar um apoio regular aos seus filhos / educandos.

4.1.2 Dificuldade de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar

Segundo os atores locais, a dificuldade de acesso a respostas sociais no âmbito da infância (creche e pré-escolar, da rede pública), bem como a fragilidade existente ao nível da rede de transportes públicos, nomeadamente ao nível dos horários, contribui para as dificuldades que as famílias sentem em conciliar de forma mais ajustada a sua vida familiar e laboral.

Problemas e necessidades identificadas pelos atores sociais no âmbito da área da ação social, família e comunidade:

Carência económica dos agregados familiares

- Precariedade laboral
- Dificuldade de acesso a habitação
- Rendimentos baixos
- Baixa escolaridade

Fragilidade do apoio familiar

- Sobrecarga dos cuidadores informais de pessoas com maior dependência e incapacidade
- Incapacidade das famílias para apoiarem as crianças e os jovens fora do período letivo

Dificuldade de conciliação entre a vida familiar e profissional

- Insuficiência de respostas e vagas nas respostas sociais de creche e pré-escolar
- Fragilidade da rede de transportes públicos

4.2 Saúde Mental

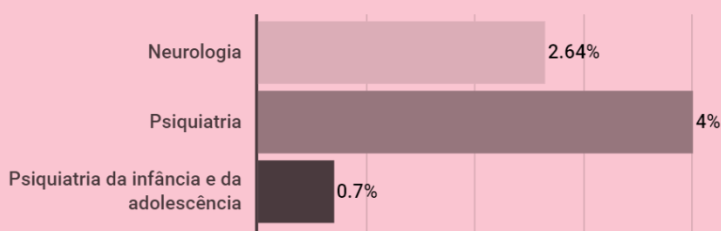
Apesar da inexistência de dados concretos relativos à saúde mental no concelho de Viana do Castelo, verifica-se a existência de fatores que podem contribuir para o aumento e manutenção das situações de doença mental, nomeadamente, o aumento do índice de envelhecimento. Portugal encontra-se entre os países da Europa com maior prevalência de doenças psiquiátricas, nomeadamente, perturbações de ansiedade (16,5%) e perturbações do humor (7,9%). Cerca de 4% da população adulta apresenta uma perturbação mental grave, 11,6% uma perturbação de gravidade moderada e 7,3% uma perturbação de gravidade ligeira (Estudo Epidemiológico Nacional de Saúde Mental, 2013).

De acordo com os indicadores de saúde disponíveis por município, verifica-se que em 2017 foram registados 33 óbitos por transtornos mentais e comportamentais em Viana do Castelo, quando em 2011 se verificaram apenas 2 óbitos por essas causas. Já o número de suicídios e lesões autoprovocadas registados foram 5, quer em 2011, quer em 2017.

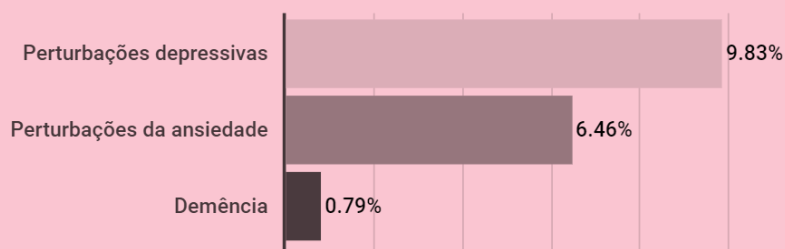
No âmbito da Saúde Mental na ARS Norte, destaca-se que a depressão foi identificada como um dos cinco principais problemas de saúde da população residente na região Norte. No ano 2016, na ULS Alto Minho, cerca de 13 mulheres em cada 100 apresentava diagnóstico de perturbações depressivas (Perfil Local de Saúde 2017, ULS Alto Minho). Em 2017, foram realizadas as seguintes consultas a utentes residentes na Região Norte: 207.687 consultas de Neurologia, 311.839 consultas de Psiquiatria e 53.887 consultas de Psiquiatria da Infância e da Adolescência.

Em outubro de 2021, e de acordo com o registo nacional de utentes do Serviço Nacional de Saúde, apenas 0,52% dos utentes inscritos na UCSP Viana do Castelo não tem médico de família, representando uma taxa de cobertura bastante significativa em que a população tem oportunidade de acesso aos cuidados de saúde primários, fator importante para o acesso a cuidados de saúde na área da saúde mental, tendo os utentes de ser encaminhados para estes serviços pelo seu médico de família. A realidade é semelhante na UCSP de Barroselas e na UCSP de Darque, onde se encontram inscritos 12.826 utentes e 16.176 utentes, respetivamente, dos quais 99,9% tem médico de família (em ambas as Unidades).

% de consultas na Região Norte (2017):



% de utentes da Região Norte com diagnóstico (2016):



De acordo com o Diagnóstico Social do Concelho de Viana do Castelo 2020, os atores sociais destacaram como principais áreas onde existem problemas e necessidades no âmbito da saúde mental:

4.2.1. Acesso a cuidados adequados

Os atores sociais identificaram que face ao número de pessoas com perturbações, as **respostas locais são insuficientes**. Este aspeto leva a uma **sobrecarga de cuidadores informais**, bem como a integração em **respostas sociais inadequadas** face às patologias, mas que são as que existem com capacidade de integração de algumas destas pessoas. É referido que faltam sobretudo respostas comunitárias que garantam um acompanhamento especializado regular e de proximidade.

É identificada ainda a existência de cuidadores (formais e informais) sem a devida **formação e conhecimento específico ao nível da saúde mental**, levando ao agravamento de situações, há não integração / reintegração social destes doentes, ao aumento da dependência de terceiros bem como a um maior isolamento, entre outras consequências.

4.2.2. Comunidade pouco sensibilizada e informada

Outro aspeto salientado pelos atores sociais, é o facto da comunidade estar pouco sensibilizada e informada sobre questões relacionadas com a saúde mental. Este problema repercute-se na fraca **integração no mercado de trabalho** de pessoas com doença mental, bem como na presença de **estereótipos** ainda existentes na comunidade em relação a pessoas com experiência em doença mental, levando-as a serem discriminados e alvo de preconceitos.

O aumento de informação da comunidade, nomeadamente no meio escolar, e maior investimento em programas de prevenção são apontadas como necessidades locais.

Problemas e necessidades identificadas pelos atores sociais no âmbito da área da Saúde Mental:

Acesso a cuidados adequados

- Insuficiência de respostas sociais para pessoas com doença mental
- Funcionamento e serviços prestados desadequados face às necessidades
- Sobrecarga e desconhecimento técnico dos cuidadores

Comunidade pouco sensibilizada e informada

- Fraca integração no mercado de trabalho
- Existência de estereótipos e preconceitos
- Insuficiente investimento em ações de prevenção

4.3. Emprego e Formação Profissional

Viana do Castelo tem uma forte dinâmica económica e social, com evidência de crescimento do emprego em áreas como a educação, saúde e serviços empresariais.

No entanto, o impacto da crise pandémica fez-se sentir ao nível do aumento do número de pessoas em situação de desemprego inscritas no Centro de Emprego de Viana do Castelo. Em maio de 2020 registou-se o maior número de pessoas inscritas no Centro de Emprego (2.791 inscritos), o qual foi diminuindo até novembro de 2020, mês em que se encontravam inscritas 2.347 pessoas. Entre novembro de 2020 e fevereiro de 2021 o número de inscritos aumentou, tendo desde então vindo a decrescer.

Em junho de 2021, encontravam-se inscritas no referido Centro de Emprego 2.074 pessoas (+451 pessoas que em fevereiro de 2020), na sua maioria com inscrição feita há menos de 1 ano (1.211 pessoas) e com idade compreendida entre os 35 e os 54 anos e com mais de 55 anos (891 pessoas e 609 pessoas, respetivamente). No que respeita ao nível de escolaridade concluído, a maioria das pessoas em situação de desemprego inscritas no Centro de Emprego tinham o ensino secundário (608 pessoas) e o 3º Ciclo do Ensino Básico (476 pessoas).

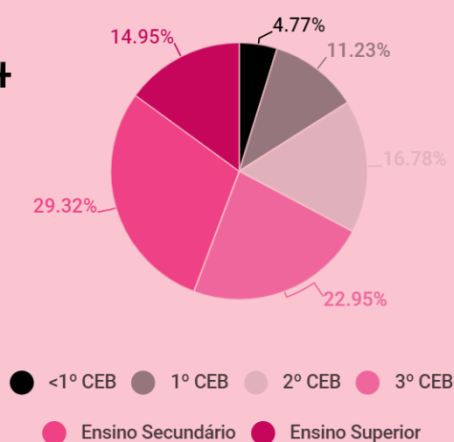
O nível de escolaridade da população residente no concelho de Viana do Castelo tem vindo a aumentar na última década. Apesar de não se encontrar disponível informação desagregada por município, os dados relativos à Região Norte indicam que, no ano 2020, aproximadamente 41 pessoas entre os 25 e os 34 anos tinham concluído o ensino superior, por cada 100 pessoas da mesma faixa etária residentes na Região (no ano 2011, a taxa de escolaridade do nível de ensino superior, foi de 25,9%).

A mesma situação também se verifica ao nível do ensino secundário. Em 2020, aproximadamente 83 pessoas entre os 20 e os 24 anos concluíram o ensino secundário, por cada 100 pessoas da referida faixa etária, residentes na Região Norte. No ano 2011, a taxa de escolaridade do nível de ensino secundário, na Região Norte, foi de 66,7%.

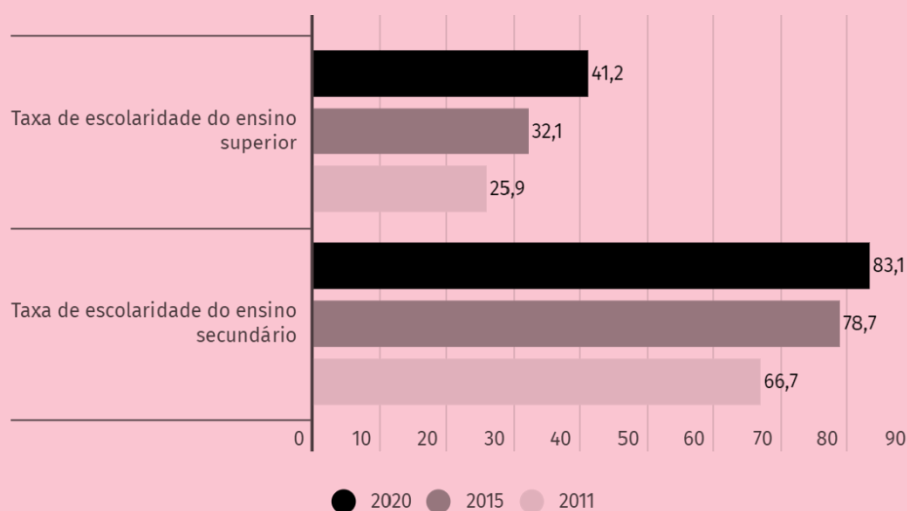
Pessoas em situação de desemprego inscritas no Centro de Emprego de Viana do Castelo

(junho 2021)


2.074



Taxa de Escolaridade (Região Norte):



De acordo com o Diagnóstico Social do Concelho de Viana do Castelo 2020, os atores sociais destacaram como principais áreas onde existem problemas e necessidades no âmbito do Emprego e Formação Profissional:

4.3.1 Pouca oferta de emprego para grupos populacionais específicos

Segundo a perceção dos atores sociais locais existem poucas ofertas de trabalho para pessoas com baixas qualificações, com idades avançadas (principalmente com mais de 50 anos de idade), para pessoas com qualificações superiores e para pessoas em situação de maior vulnerabilidade, nomeadamente pessoas com deficiência e/ou incapacidade e migrantes.

4.3.2 Desajuste entre oferta formativa e necessidades do mercado de trabalho

As necessidades existentes ao nível do mercado de trabalho são diversas, algumas bastante especializadas e que exigem um perfil específico de trabalhador. Atualmente, os atores sociais consideram que a oferta formativa existente no concelho não contempla, de forma abrangente, as necessidades específicas de mão de obra, requeridas pelo mercado de trabalho local. A procura de respostas formativas fora do concelho de Viana do Castelo, poderá contribuir para a dificuldade de fixação da população mais jovem no território.

Destacam-se ainda como fatores que poderão contribuir para o desemprego e para a baixa formação profissional, a fragilidade da **rede de transportes públicos**, nomeadamente devido aos horários e abrangência territorial e a dificuldade em proporcionar **formação contínua** nos locais de trabalho.

Problemas e necessidades identificadas pelos atores sociais no âmbito da área Emprego e Formação Profissional:

Pouca oferta de emprego para grupos populacionais específicos

- Nomeadamente para: pessoas com baixas e elevadas qualificações, pessoas com idade avançada, pessoas em situação de maior vulnerabilidade (deficiência e/ou incapacidade, migrantes)

Desajuste entre oferta formativa e necessidades do mercado de trabalho

- Necessidade de se identificarem as necessidades do mercado de trabalho
- Potenciais fatores para o desemprego e não fixação da população no território

4.4 Infância e Juventude

Nas últimas duas décadas o número de crianças e jovens (até aos 15 anos de idade) tem vindo a diminuir em Viana do Castelo. No ano 2020 estima-se que residissem no concelho 9.961 crianças e jovens, as quais representam 11,8% da população residente.

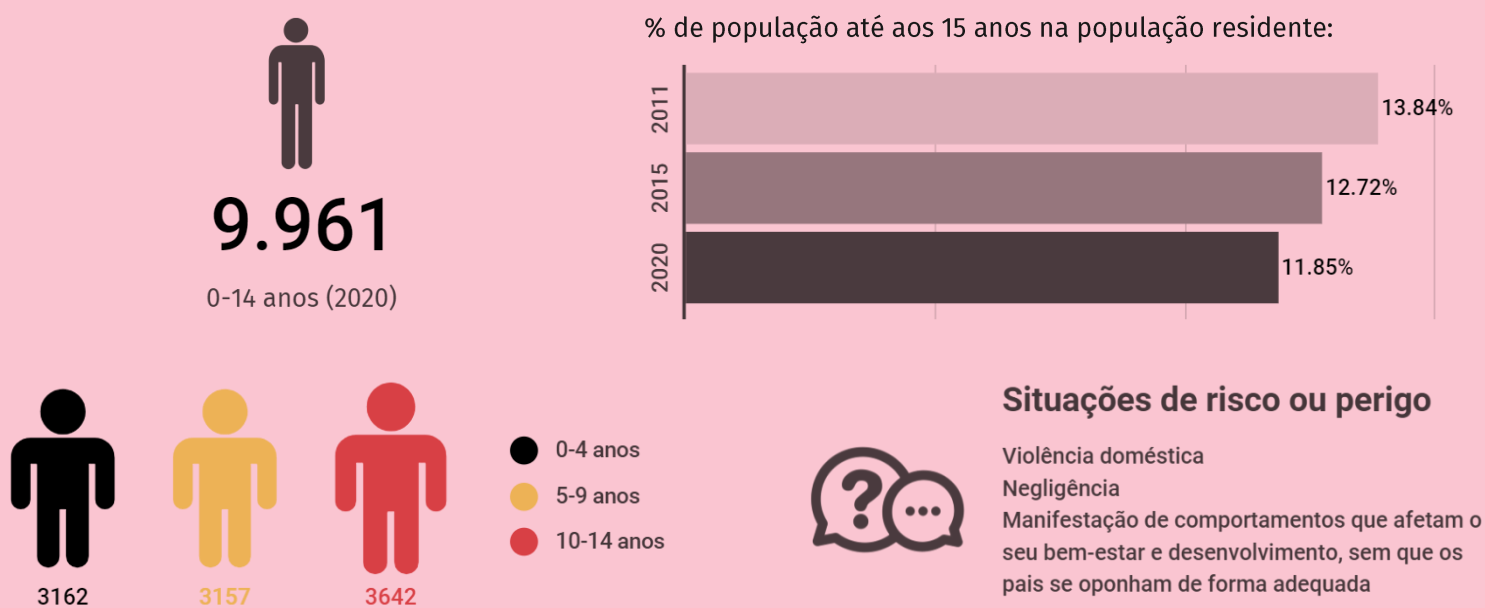
O decréscimo populacional das crianças e jovens refletiu-se de forma mais acentuada na última década e nos três sub-grupos etários (0-4 anos; 5-9 anos e 10-14 anos).

O Índice de Dependência de Jovens tem diminuído gradualmente desde 2001. No ano 2020, residiam no concelho aproximadamente 18 pessoas com menos de 15 anos de idade por cada 100 pessoas em idade ativa (dos 15 aos 64 anos). Os valores registados no concelho de Viana do Castelo são inferiores aos observados a nível nacional e na Região Norte, mas são superiores aos registados para a Região do Alto Minho, sendo Viana do Castelo o município da Região com maior Índice de Dependência de Jovens.

Os dados que constam no Diagnóstico Social permitem concluir que, desde 2015, o número de processos instaurados na CPCJ de Viana do Castelo se tem mantido relativamente constante (entre 171 e 218 processos), bem como o volume processual (entre 423 e 484). A grande maioria dos processos refere-se a situações sinalizadas de crianças e jovens entre os 11 e os 17 anos.

No ano 2019, as situações sinalizadas foram devido, sobretudo, a exposição a situações de violência doméstica (63 sinalizações), por negligência (50 sinalizações) e ao facto das crianças e jovens assumirem comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento, sem que os pais se oponham de forma adequada (41 sinalizações).

Nos últimos 5 anos tem-se observado um aumento de situações sinalizadas devido a exposição a violência doméstica, por negligência e devido a maus-tratos (físicos ou psicológicos)



De acordo com o Diagnóstico Social do Concelho de Viana do Castelo 2020, os atores sociais destacaram como principais áreas onde existem problemas e necessidades no âmbito da Infância e Juventude:

4.4.1 Acesso a respostas adequadas

Os atores sociais consideram que não existem **respostas de creche** da rede solidária suficientes para o número de crianças (dos 0 aos 3 anos) residentes no território. Os atores sociais consideram que as respostas de **ensino pré-escolar da rede pública** (a partir dos 3 anos) e de **centro de atividades de tempos livres** também são insuficientes em algumas das freguesias do concelho. Ainda no que respeita às respostas para crianças e jovens, existe a perceção de que **não existem respostas suficientes de ocupação de tempos livres para crianças e jovens** (mais especificamente entre os 12 e os 18 anos e em períodos de pausas letivas).

4.4.2 Abandono e absentismo escolar

O número de sinalizações à CPCJ de Viana do Castelo devido a absentismo e abandono escolar tem diminuído desde 2016. Em 2019 foram sinalizadas 24 crianças/ jovens devido a esta problemática.

Segundo a perceção dos atores locais, o **absentismo e abandono escolar** continuam a ser problemáticas relevantes no território e que coexistem com situações de **negligência parental** e de **fragilidade** ao nível da estrutura / **funcionamento familiar**. Para além de se condicionarem, de forma negativa, a escolaridade e o percurso profissional dos jovens, os atores consideram que estas situações poderão contribuir, de forma potencial, para a adoção de **comportamentos de risco**.

Problemas e necessidades identificadas pelos atores sociais no âmbito da área Infância e Juventude:

Acesso a respostas sociais adequadas

- Inexistência e insuficiência de respostas sociais: Creche e CATL (rede solidária), Ensino Pré-escolar público (para crianças dos 3 anos)
- Insuficiência de respostas para ocupação de tempos livres para crianças e jovens entre os 12 e os 18 anos (principalmente em períodos de pausas letivas)

Abandono e absentismo escolar

- Associadas a negligência parental e fragilidade ao nível da estrutura familiar
- Condicionantes para a escolaridade e percurso profissional
- Potenciais fatores para a adoção de comportamentos de risco

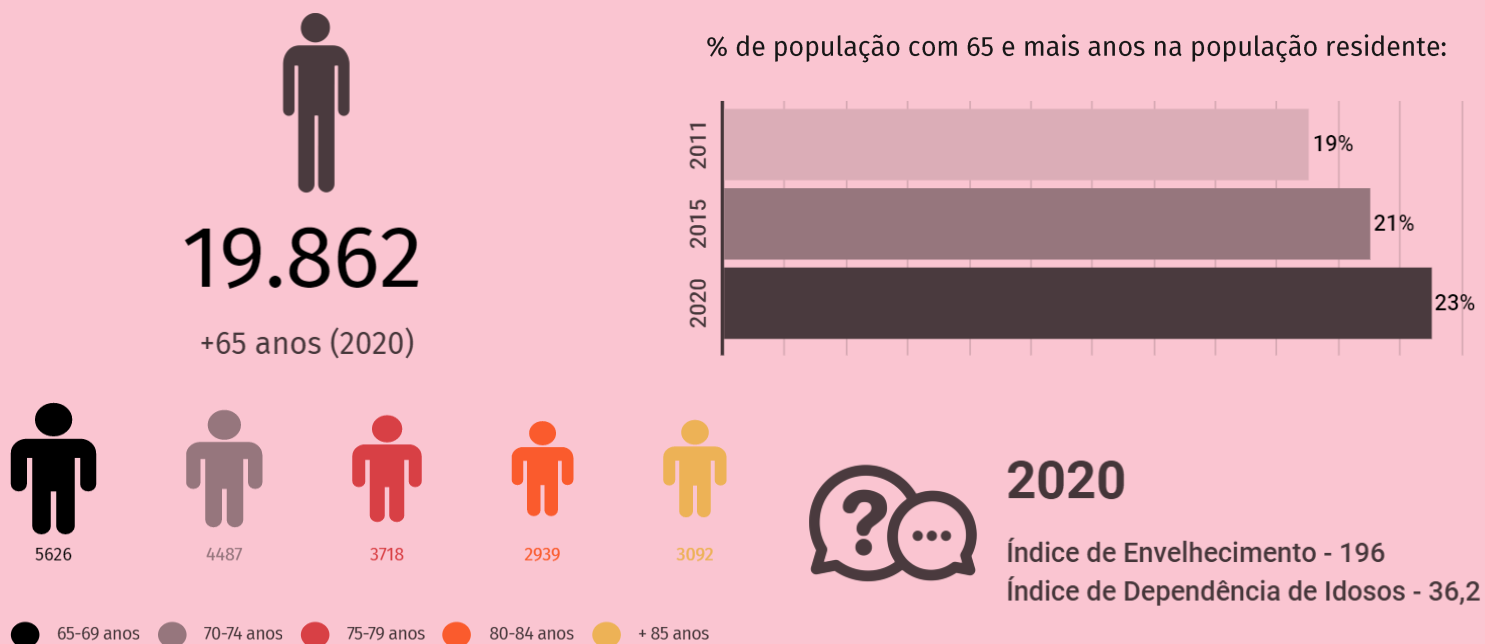
4.5 Envelhecimento

Nas últimas duas décadas, o número de pessoas residentes no concelho de Viana do Castelo com idade igual ou superior a 65 anos tem vindo a aumentar gradualmente, bem como a sua representatividade face à totalidade da população. Em dezembro de 2020, residiam no concelho 19.862 pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, que representavam 23,63% da população residente.

O aumento populacional das pessoas idosas tem-se refletido de forma mais acentuada no sub-grupo etário das pessoas com idade igual ou superior a 85 anos. Entre 2011 e 2020 o número de pessoas com 85 e mais anos, residentes no concelho, aumentou 50,8%. A prevalência de doenças crónicas e as situações de dependência tendem a aumentar com a idade, pelo que o aumento progressivo de pessoas mais idosas poderá apresentar-se como um desafio no âmbito dos cuidados de saúde e sociais a pessoas desta faixa etária.

Os Índices de Dependência de Idosos e de Envelhecimento também têm aumentado gradualmente desde 2011. No ano 2020, residiam no concelho aproximadamente 36 pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas em idade ativa (dos 15 aos 64 anos). No mesmo ano, por cada 100 crianças e jovens (até aos 14 anos) residiam aproximadamente 196 pessoas com 65 e mais anos. Embora sejam valores inferiores aos registados na região do Alto Minho, são superiores aos registados na Região Norte e em Portugal, refletindo uma tendência acentuada de envelhecimento da população residente no concelho.

Embora os dados referentes ao número de pessoas com 65 e mais anos, que residem sozinhas, sejam referentes a 2011, considera-se como indicador relevante no âmbito do envelhecimento. Nesse mesmo ano, 2.713 pessoas com 65 e mais anos residiam sozinhas, a maioria das quais residia na União de freguesias de Viana do Castelo (919 pessoas) e na Freguesia de Darque (219 pessoas).



De acordo com o Diagnóstico Social do Concelho de Viana do Castelo 2020, os atores sociais destacaram como principais áreas onde existem problemas e necessidades no âmbito do Envelhecimento:

4.5.1 Acesso a cuidados adequados

Algumas das respostas sociais da rede solidária são **inexistentes** e/ou **insuficientes** em algumas freguesias do concelho. De acordo com os atores sociais as vagas existentes nos serviços de SAD, ERPI e CD são insuficientes no território, verificando-se, em fevereiro de 2021, uma taxa de ocupação das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas de 99,6% ao nível da rede solidária e de 88% na rede privada.

Outro dos problemas identificados prende-se com a **adequação dos serviços** às necessidades das pessoas idosas. Segundo a perceção dos atores, o número de pessoas diagnosticadas com demência e com situações de dependência e incapacidade agravadas tem aumentado, estas encontram-se integradas em respostas sociais típicas, que não respondem às exigências e necessidades da sua condição de saúde e social. Para além desta adequação de serviços prestados por parte de instituições, verifica-se um desconhecimento por parte de **cuidadores informais**, bem como o seu desgaste e sobrecarga.

4.5.2 Isolamento social e geográfico

O isolamento dos idosos foi destacado como sendo um problema transversal a todo o território, embora com especificidades distintas de acordo com a zona geográfica. Em zonas rurais, os atores consideram que a **fragilidade da rede de transportes**, seja ao nível dos percursos existentes, horários praticados e acessibilidade dos mesmos para pessoas com mobilidade reduzida, condiciona a deslocação e o acesso a serviços por parte da população mais idosa. Em zonas urbanas, a dificuldade de acesso deve-se a **barreiras** existentes nos edifícios e na via pública.

Para além dos fatores relacionados com a existência de barreiras físicas, existe a perceção que a **rede de apoio social e familiar a pessoas idosas** se encontra **enfraquecida**, o que poderá contribuir igualmente para o isolamento das pessoas idosas.

Problemas e necessidades identificadas pelos atores sociais no âmbito da área do Envelhecimento:

Acesso a respostas sociais adequadas

- Inexistência e insuficiência de respostas sociais: ERPI, SAD e CD
- Funcionamento e serviços prestados desadequados face às necessidades
- Sobrecarga e falta de formação técnica dos cuidadores informais

Isolamento social e geográfico

- Fragilidade da rede de transportes públicos
- Barreiras existentes nos edifícios e na via pública
- Rede de apoio familiar e social insuficiente

4.6 Deficiência e Incapacidade

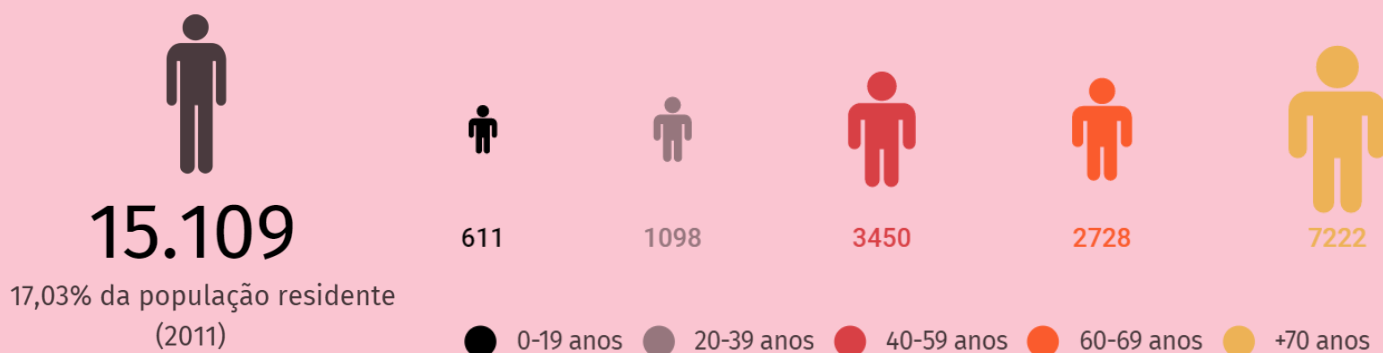
Os dados que se encontram disponíveis para caracterizar a área da deficiência no concelho de Viana do Castelo remontam aos Censos de 2011. Apesar dos dados se encontrarem desfasados no tempo, representam a realidade do município à data da sua recolha e podem permitir antecipar cenários futuros.

Em 2011 residiam em Viana do Castelo 15.109 pessoas com pelo menos uma dificuldade¹, que representavam 17,03% da população residente. A maioria das pessoas que reportou ter pelo menos uma dificuldade era do sexo feminino (60,87%), com idade igual ou superior a 70 anos (47,80%). É importante destacar que 611 crianças e jovens (até aos 19 anos) reportaram ter pelo menos uma dificuldade, as quais representavam 4,04% da população com incapacidade.

A grande maioria das pessoas que reportaram ter muita dificuldade em realizar uma ação, referiram que esta estava relacionada com a visão (ex.: ter muita dificuldade em ver; 7067 pessoas), com a mobilidade (ex.: ter muita dificuldade em andar e subir degraus; 7503 pessoas) e com a memória / concentração (ex.: ter muita dificuldade em se concentrar ou se recordar; 4785 pessoas).

As ações que as pessoas mais revelam não conseguir efetuar estão relacionadas com o autocuidado (tomar banho e vestir-se) e com a mobilidade (andar ou subir degraus), onde 1.483 e 947 pessoas respetivamente não conseguem efetuar as referidas ações.

Da totalidade de pessoas (com idade igual ou superior a 15 anos de idade) que reportaram ter pelo menos uma dificuldade, 7,96% encontram-se a cargo da família (1.169 pessoas). Este é um dado importante a ter em consideração no âmbito do apoio aos cuidadores informais e à sobrecarga a que estes estão sujeitos.



Incapacidade em realizar a ação

Auto-cuidado (tomar banho e vestir-se sozinho)
Mobilidade (andar ou subir degraus)



Dificuldade em realizar a ação

Visão
Mobilidade (andar ou subir degraus)
Memória ou concentração

¹ Entende-se por dificuldade / incapacidade, limitações funcionais ao nível da visão, audição, mobilidade e autocuidado e limitações cognitivas no âmbito da memória/concentração e capacidade de expressão e compreensão.

De acordo com o Diagnóstico Social do Concelho de Viana do Castelo 2020, os atores sociais destacaram como principais áreas onde existem problemas e necessidades no âmbito da Deficiência e/ou Incapacidade:

4.6.1 Acesso a cuidados adequados

Segundo os atores sociais, a **dificuldade de acesso** das pessoas com deficiência e/ou incapacidade a respostas adequadas às suas necessidades prende-se com o **número insuficiente** de respostas, nomeadamente de Centro de Atividades Ocupacionais, Lar Residencial e Lar de apoio, bem como a necessidade de investimento na **criação** de respostas que promovam a autonomização das pessoas com deficiência. O reforço das equipas de intervenção precoce e do centro de recursos para a Inclusão, são também apontadas como necessárias para que possam responder as reais necessidades desta população.

A insuficiência de respostas no âmbito da deficiência no concelho promove a integração das pessoas em outras respostas sociais, pouco adaptadas às suas necessidades ou a sua integração em instituições de concelhos vizinhos, o que obriga a deslocações.

4.6.2 Inserção Socioprofissional

Os atores sociais destacaram a **baixa taxa de empregabilidade** de pessoas com deficiência, o que leva a um sentimento de discriminação, isolamento e inclusive dependência económica desta população, seja de subsídios/ pensões, seja de terceiros, nomeadamente familiares dos quais estão dependentes.

4.6.3 Sobrecarga dos cuidadores informais

Devido à insuficiência de respostas no território, os cuidadores informais assumem a maioria dos cuidados a pessoas com deficiência e/ou incapacidade. De acordo com a perspetiva dos atores sociais, os cuidadores informais, para além do **desgaste físico e psicológico**, não se encontram totalmente **informados** sobre a prestação de cuidados, o que contribui para essa mesma **sobrecarga**. A não formação/informação dos cuidadores ao nível dos procedimentos para o cuidado e relação com pessoas com incapacidade e/ou deficiência, leva a uma maior sobrecarga e desgaste por parte destes. Os cuidadores informais encontram-se limitados para a realização da sua atividade laboral, o que poderá contribuir para situações de maior **vulnerabilidade económica** das famílias com pessoas com deficiência e/ou incapacidade, condicionando inclusive o acesso a respostas de apoio privadas.

4.6.4 Discriminação e estigma associado à incapacidade e/ou deficiência

Quer pelos aspetos já referidos anteriormente, como a dificuldade de inserção socioprofissional, quer por aspetos como as **barreiras físicas** ou de **acesso à informação**, é identificado pelos atores sociais que as pessoas com deficiência são alvo de estigma e discriminação, sendo apontada ainda a **falta de conhecimento e empatia da comunidade** para com as dificuldades sentidas por estas pessoas, bem como as potencialidades desta população.

Problemas e necessidades identificadas pelos atores sociais no âmbito da área da Deficiência e Incapacidade:

Acesso a respostas sociais adequadas

- Inexistência e insuficiência de respostas: CAO, Lar residencial, Lar de Apoio e para a promoção da autonomia
- Insuficiência de recursos humanos nas equipas de intervenção precoce e do Centro de Recursos para a Inclusão

Inserção Socioprofissional

- Baixa taxa de empregabilidade
- Discriminação sentida pela população

Sobrecarga dos cuidadores informais

- Desgaste físico e psicológico
- Informação insuficiente sobre o processo de cuidar

Discriminação e estigma das pessoas com deficiência

- Barreiras arquitectónicas existentes nos edifícios e na via pública
- Inexistência de informação disponível acessível às diferentes deficiências (braille, língua gestual, entre outras)
- Falta de conhecimento / empatia da população em geral para com a população com deficiência

5 O Plano Estratégico de Intervenção Social do Concelho de Viana do Castelo (2021-2025)

O Plano Estratégico de Intervenção Social do concelho de Viana do Castelo foi elaborado através dos contributos dos atores locais, que mediante uma abordagem participativa apontaram linhas estratégicas, bem como medidas e ações que, a curto, médio e longo prazo irão contribuir para a resolução e/ou mitigação dos problemas identificados como prioritários de intervenção social no concelho.

É importante destacar que as linhas estratégicas e as suas medidas se encontram enquadradas nas políticas locais, bem como nas estratégicas definidas a nível nacional e regional para as áreas em questão. Este enquadramento com as orientações estratégicas existentes confere ao presente Plano a coerência e concertação da sua ação, a nível local, regional e nacional.

Para a construção do Plano Estratégico de Intervenção Social foram tidos em consideração os seguintes documentos estratégicos:

	Documento	Operacionalização
Comunidade cigana	Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2022	Define um conjunto de medidas enquadradas em 8 objetivos estratégicos que irão contribuir para uma melhor integração das comunidades ciganas. A nível local tem enquadramento a elaboração do Plano Local de Integração das Comunidades Ciganas (modelo em fase de definição).
Migrantes	Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020	Estratégia transversal assente em 5 eixos prioritários. Destaque para o Eixo 1 – Políticas de integração de imigrantes, que integra a definição de estratégias locais (Plano Municipal para a Integração de Migrantes) e implementação de ferramentas de apoio às políticas locais (Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade).
Envelhecimento	Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025	Conjunto de linhas orientadoras da ação e medidas estruturadas em 4 Eixos Estratégicos (Saúde, Participação, Segurança e Medição, Monitorização e Investigação). Destaque para a prossecução das orientações contidas no Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas e possível adesão à Rede Global de Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas.
	Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas	Apresenta um conjunto de recomendações enquadradas em 3 grandes estratégias de intervenção – envelhecimento ativo, organização e prestação de cuidados de saúde e promoção de ambientes facilitadores da autonomia e independência.
Infância e Juventude	Estratégia Nacional para os Direitos da Criança 2021-2024	Encontra-se organizada em 5 pilares: "Promover o bem-estar e a igualdade de oportunidades a todas as crianças e jovens"; "Apoiar as famílias e a parentalidade"; "Promover o acesso à informação e à participação das crianças e jovens"; "Prevenir e combater a violência contra crianças e jovens" e "Promover a produção de instrumentos e de conhecimento científico

Documento		Operacionalização
		potenciadores de uma visão global dos direitos das crianças e jovens".
Deficiência	Estratégia Nacional de Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025	Encontra-se estruturada em 8 Eixos Estratégicos. A nível local têm enquadramento medidas como "Municípios com selo de território inclusivo", "soluções ao nível municipal para a consolidação de uma política de não institucionalização e de promoção da autonomia", "criação de Gabinetes Municipais para a Inclusão".
Adições e Dependências	Instrumentos do SICAD. Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2020	Define um conjunto de opções estratégicas que assentam em pressupostos, princípios, tipos de intervenção e medidas estruturantes, sob uma perspectiva global e integrada das problemáticas e das respostas em matéria de comportamentos aditivos e dependências. Encontra-se a ser operacionalizado através de Planos de Ação de 4 anos (2013-2016 e 2017-2020).
Pessoas em situação de sem-abrigo	Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem Abrigo	A Estratégia assenta em 3 Eixos Estratégicos que visam a promoção do conhecimento do fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo, informação, sensibilização e educação e o reforço de uma intervenção promotora da integração das pessoas em situação de sem-abrigo. A nível local tem enquadramento a concretização de um Plano Municipal para a Pessoas em Situação de Sem Abrigo.
Família	Recomendação Rec (2006)19 do Comité de Ministros do Conselho da Europa para os Estados-Membros sobre a Política de Apoio à Parentalidade Positiva	Conjunto de recomendações que visam o reconhecimento da natureza essencial das famílias e do papel parental, bem como a necessidade de se criarem as condições necessárias para a parentalidade positiva no interesse superior da criança.
Pobreza	Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (em construção)	Em outubro de 2020 foi criada a Comissão de Coordenação para a elaboração da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza. Esta Estratégia será fundamental para o enquadramento de medidas locais que possam mitigar as desigualdades e garantir as condições de vida dignas para toda a população.
Igualdade e não discriminação	Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação 2018-2030 (Portugal + Igual)	Traduz-se em 3 Planos de Ação (com medidas e metas concretas): Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens; Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica; Plano de Ação para o Combate à Discriminação em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género e Características Sexuais. A nível local têm enquadramento projetos que promovam a integração da perspectiva da Igualdade entre Mulheres e Homens
	Plano Nacional de combate ao Racismo e à Discriminação 2021-25: Portugal contra o racismo	O PNCRD 2021-2025 tem como objetivo a promoção da igualdade, o combate ao racismo e à discriminação racial considerada, nos termos do artigo 1.º da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, como «qualquer distinção,

Documento		Operacionalização
		exclusão, restrição ou preferência fundada na raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica que tenha como objetivo ou efeito destruir ou comprometer o reconhecimento, o gozo ou o exercício, em condições de igualdade, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos domínios político, económico, social e cultural ou em qualquer outro domínio da vida pública».
Saúde	Estratégia Health 2020 da Organização Mundial de Saúde para a região europeia	Tem como prioridades estratégicas: a) investir na saúde ao longo do ciclo de vida, capacitando os cidadãos; b) combater as doenças transmissíveis e não transmissíveis; c) fortalecer os sistemas de saúde centrados nas pessoas bem como a capacidade de resposta em saúde pública, nomeadamente a vigilância, preparação e resposta a ameaças e d) desenvolver comunidades e ambientes protetores.
	Linhas de ação estratégica para a Saúde Mental e o Bem-Estar na Europa	Os objetivos definidos por estas linhas de ação estratégica são os seguintes: 1. Garantir a implementação eficaz e sustentável de políticas, contribuindo para a promoção da saúde mental e para a prevenção e tratamento das doenças mentais; 2. Desenvolver a promoção da saúde mental e os programas de prevenção e intervenção precoce, através da integração da saúde mental em todas as políticas e de uma cooperação entre vários sectores; 3. Garantir a transição para um tratamento abrangente e para cuidados na comunidade de elevada qualidade, acessíveis a todos, com ênfase na disponibilização dos cuidados de saúde mental para todas as pessoas com doenças mentais, na coordenação dos cuidados de saúde e sociais para pessoas com doenças mentais mais graves, bem como cuidados integrados para pessoas com doenças mentais e físicas; 4. Fortalecer o conhecimento baseado na evidência científica e a partilha de boas práticas na saúde mental; 5. Criar parcerias para o progresso.
	Plano Nacional de Saúde (revisão e extensão a 2020)	O PNS encontra-se estruturado em torno de quatro Eixos Estratégicos, dos quais resulta um conjunto de orientações estratégicas: a) Cidadania em Saúde; b) Equidade e Acesso Adequado aos Cuidados de Saúde; c) Qualidade em Saúde e d) Políticas Saudáveis.
	Programa Nacional para a Saúde Mental – extensão 2020	Pretende assegurar a toda a população portuguesa o acesso a serviços habilitados a promover a sua saúde mental, prestar cuidados de qualidade e facilitar a reintegração e a recuperação das pessoas com doença mental.
	Plano Local de Saúde do Alto Minho 2014-2016	Define as perturbações depressivas e suicídio, como um dos problemas de saúde prioritários de atuação.

5.1. Eixos estratégicos de intervenção social

O Plano estratégico de intervenção social do concelho de Viana do Castelo (2021-2025) está estruturado em seis eixos estratégicos de intervenção que refletem as prioridades identificadas no Diagnóstico Social 2020, as quais se passam a apresentar nos próximos pontos.

Cada um dos eixos estratégicos traduz a finalidade, as estratégias e respetivos objetivos, bem como as medidas/ações prioritárias a desenvolver e as entidades responsáveis.



5.1.1 Eixo 1 – Ação Social, Famílias e Comunidade

O Eixo 1 – Ação Social, Família e Comunidade apresenta-se como um eixo transversal de atuação para o concelho de Viana do Castelo.

O Diagnóstico Social de 2020 apresenta como principais fragilidades neste âmbito a carência económica das famílias, condicionada em parte pela precariedade das condições de trabalho, pelos baixos rendimentos, pela dificuldade de acesso a condições de habitação dignas e ajustadas ao seu rendimento e pela baixa escolaridade da população. Outra das fragilidades identificadas prende-se com o apoio familiar insuficiente a pessoas com maior dependência e incapacidade e às crianças e jovens. Ainda neste âmbito foi destacada, pelos atores locais, a dificuldade em conciliar a vida profissional e a vida familiar, principalmente devido à insuficiência da rede de transportes públicos e à dificuldade de acesso a respostas sociais no âmbito da infância.

A estratégia delineada no presente PDS, no âmbito da Ação Social, Famílias e Comunidade incide na implementação de medidas transversais que visam promover uma intervenção integrada e concertada a nível concelhio, com principal enfoque em grupos específicos, nomeadamente os mais vulneráveis, através:

- Da definição de um modelo de intervenção concelhio no âmbito da intervenção social;
- Do investimento na implementação de políticas locais adequadas às necessidades de grupos específicos;
- Da melhoria da articulação e uniformização de procedimentos entre os diversos parceiros locais;
- Da capacitação dos recursos humanos, em prol de uma maior eficiência e eficácia na intervenção social.

Dada a abrangência deste Eixo, as medidas relativas a áreas específicas, como emprego e qualificação profissional, infância e juventude, envelhecimento e deficiência, encontram-se vertidas nos respetivos Eixos estratégicos. Por já se encontrar em curso a Estratégia Local de Habitação não foram contempladas neste PDS medidas concretas nesta área.

5.1.2 Eixo 2 – Emprego e Formação Profissional

O presente Eixo é estrutural no âmbito da intervenção social do concelho de Viana do Castelo. Ter um emprego, para além de ser crucial para a sustentabilidade económica do indivíduo / família é uma componente chave para a sua inserção social, fortalecimento de redes sociais e desenvolvimento pessoal.

A estratégia delineada no presente PDS centra-se na implementação de medidas que promovam uma intervenção concertada e articulada entre diferentes atores (nomeadamente, população jovem e suas famílias, agentes educativos, atores sociais, tecido empresarial) de forma a criar condições favoráveis para o aumento da empregabilidade no concelho.

Em linha com a Estratégia Portugal 2030, um dos objetivos centrais do presente PDS visa contribuir para o reforço das qualificações e das competências da população residente, e que estas sejam, sempre que possível o mais ajustadas às necessidades existentes no território.

Desta forma, as medidas contempladas no PDS de Viana do Castelo visam contribuir para aumentar o potencial de empregabilidade, da população em idade ativa, através:

- Do investimento em ações que permitam um melhor planeamento do percurso profissional;
- Do aumento da qualificação da população, nomeadamente em áreas específicas;
- Do ajustamento entre a oferta formativa e necessidades do mercado de trabalho;
- De medidas de apoio à empregabilidade de grupos mais vulneráveis, mas também de pessoas mais qualificadas.

5.1.3 Eixo 3 – Saúde Mental

A Saúde Mental é indissociável do bem-estar e da qualidade de vida da população, sendo uma área que necessita de um olhar atento e de uma intervenção eficaz, já que os “dados demonstram que as perturbações psiquiátricas e os problemas relacionados com a saúde mental se tornaram a principal causa de incapacidade e uma das principais causas de morbilidade e morte prematura, principalmente nos países ocidentais industrializados”².

A nível nacional, a medida política enquadradora nesta matéria é o **Programa Nacional de Saúde Mental**, o qual em consonância com o Plano de Ação para a Saúde Mental 2013-2020 da OMS e articulado com as Linhas de Ação Estratégica para a Saúde Mental e o Bem-Estar na Europa, tem como missão desenvolver programas e recomendações no sentido de:

- Assegurar o acesso equitativo a cuidados de qualidade a todas as pessoas com problemas de saúde mental do País, incluindo as que pertencem a grupos especialmente vulneráveis;
- Promover e proteger os direitos humanos das pessoas com problemas de saúde mental;
- Reduzir o impacto das perturbações mentais e contribuir para a promoção da saúde mental das populações;
- Promover a descentralização dos serviços de saúde mental, de modo a permitir a prestação de cuidados mais próximos das pessoas e a facilitar uma maior participação das comunidades, dos utentes e das suas famílias;
- Promover a integração dos cuidados de saúde mental no sistema geral de saúde, tanto a nível dos cuidados primários, como dos hospitais gerais e dos cuidados continuados, de modo a facilitar o acesso e a diminuir a institucionalização.

Tendo os atores sociais identificado, em sede de diagnóstico social, como principais problemas na área da saúde mental:

1. **Dificuldade de acesso a cuidados adequados:** insuficientes respostas existentes; sobrecarga dos cuidadores informais; respostas inadequadas às suas necessidades e/ou a falta de formação/ conhecimento por parte dos cuidadores (formais e informais);

² Programa Nacional para a Saúde Mental 2017 (Direção-Geral da Saúde)

2. **Comunidade pouco sensibilizada e informada sobre a saúde mental:** dificuldade na integração em mercado de trabalho; estereótipos e preconceitos existentes; necessidade de ações de prevenção e promoção da saúde mental.

Pretende-se, no concelho de Viana do Castelo promover a qualidade de vida e a integração da pessoa com doença mental, atuando para isso a vários níveis:

- Reflexão e participação na conceção de Estratégia distrital para a saúde mental;
- Atuação do Conselho Municipal de Saúde no âmbito da definição e implementação da Estratégia Municipal de Promoção da Saúde;
- Investimento na criação e alargamento das respostas do concelho e da sua adequação às necessidades específicas;
- Promoção de respostas que apoiem e capacitem a rede de suporte formal e informal, bem como agentes sociais para o diagnóstico precoce e intervenção em contexto comunitário;
- Integração das pessoas com doença mental no mercado de trabalho;
- Promoção da saúde mental e informação/sensibilização para a temática na comunidade.

5.1.4 Eixo 4 – Infância e Juventude

O Eixo 4 incide sobre a intervenção na área da infância e juventude.

O Diagnóstico Social 2020 dá conta das alterações que a realidade social, familiar e territorial tem sofrido, com impacto nas necessidades e problemas sentidos pelas crianças e jovens do concelho, já mencionados na síntese diagnóstica. Neste sentido, e embora existam recursos a nível concelhio que se constituem como oportunidades de intervenção, estes carecem de um maior ajustamento às necessidades atuais de crianças/jovens e famílias.

A intervenção em matéria de infância e juventude surge necessariamente interligada com a promoção dos Direitos da Criança. Nesse sentido, algumas ações propostas neste eixo encontram alinhamento com a Estratégia Nacional para os Direitos da Criança 2021-2024³, operacionalizada através do Plano Nacional Plurianual⁴, e a qual assenta em cinco grandes prioridades:

1. Promover o bem-estar e a igualdade de oportunidades a todas as crianças e jovens;
2. Apoiar as famílias e a parentalidade;
3. Promover o acesso à informação e à participação das crianças e jovens;
4. Prevenir e combater a violência contra crianças e jovens;
5. Promover a produção de instrumentos e de conhecimento científico potenciadores de uma visão global dos direitos das crianças e jovens.

A nível municipal, é de referir o investimento do concelho de Viana do Castelo em matéria da Educação. Neste sentido, a existência da Carta Educativa, do Conselho Municipal de Educação e a

³ Aprovada pelo governo a 27/11/2020, e que se encontra em fase de consulta pública (<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/comunicado?i=governo-aprova-a-estrategia-nacional-para-os-direitos-da-crianca>)

⁴ Plano Nacional Plurianual 2019 e 2020. Aceder em: ([file:///C:/Users/ana_i/Downloads/Estrat%C3%A9gia_Nacional_Direitos-Crian%C3%A7a_2019-2022%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/ana_i/Downloads/Estrat%C3%A9gia_Nacional_Direitos-Crian%C3%A7a_2019-2022%20(1).pdf))

integração do Município na rede de cidades que apostam no “Playful Paradigm”, constituem-se como oportunidades de reforço das ações propostas, na medida em que visam a construção e desenvolvimento de uma política educativa local que atenta às especificidades da população e do território.

Desta forma, a estratégia definida no PDS pretende refletir o planeamento e (re)organização dos serviços e respostas de apoio dirigidos a este grupo-alvo. Para o efeito foram definidos objetivos e ações orientadas com a finalidade de consolidar uma intervenção integrada na área da Infância e Juventude, com vista a uma mudança positiva na qualidade de vida das crianças e jovens do concelho, não perdendo de vista a rentabilização e ampliação dos recursos já existentes.

Nesta linha, pretende-se incidir em ações que permitam:

- Contribuir para um conhecimento mais aprofundado da realidade no âmbito da Infância e Juventude (nomeadamente na área da prevenção e combate às situações de risco e/ou perigo de crianças e jovens no concelho);
- Garantir uma intervenção territorial concertada, eficaz e eficiente, através da proposta de elaboração e implementação de um Plano Local de Promoção dos Direitos das Crianças e dos Jovens e da Prevenção e Combate a situações de risco/ perigo na área da Infância e Juventude. A concertação da ação contempla não só estratégias que permitam fortalecer a rede de parceiros como também uma componente de capacitação / qualificações dos profissionais que intervêm nesta matéria;
- Garantir a existência e o acesso a respostas adequadas às necessidades das crianças e jovens e suas famílias, nomeadamente ao nível da ocupação saudável dos seus tempos livres;
- Diversificar e inovar as intervenções realizadas, em particular em contexto comunitário, apostando em abordagens não formais e potenciando projetos municipais já existentes.

5.1.5 Eixo 5 – Envelhecimento

O envelhecimento da população constitui-se como um dos principais desafios para a nossa sociedade.

As tendências demográficas projetadas para os próximos anos continuam a ser marcadas pela diminuição das taxas de fecundidade, o que se traduz num aumento progressivo da proporção de idosos. Paralelamente, continuam a verificar-se mudanças profundas ao nível da dimensão e da estrutura das famílias e nas suas relações intergeracionais, factos que alteram significativamente as condições sociais em que as pessoas envelhecem.

O aumento da população idosa obriga-nos a encontrar novas soluções tanto ao nível da prestação dos cuidados de saúde, como também outras respostas sociais de combate ao isolamento, à solidão, à pobreza e à exclusão a que demasiados idosos estão expostos.

Tendo como base estas tendências e desafios, e no quadro do Diagnóstico Social de Viana do Castelo 2020, foram identificadas 4 vulnerabilidades às quais importa dar resposta num futuro próximo em matéria de apoio a idosos:

- Dificuldade de acesso a respostas sociais adequadas às suas necessidades (por inexistência e/ou insuficiência de vagas em algumas respostas sociais; por desadequação dos serviços prestados dos equipamentos sociais);
- Agravamento de situações de dependência e aumento de situações de demência;
- Suporte familiar insuficiente e cuidadores informais com níveis elevados de sobrecarga física e psicológica;
- Existência de idosos em situação de isolamento social e/ou geográfico.

A estratégia definida no PDS de Viana do Castelo encontra-se enquadrada no âmbito do Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas e da Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025.

O Plano Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas assenta em três pilares fundamentais:

- A promoção de um envelhecimento ativo, ao longo de toda a vida;
- A maior adequação dos cuidados de saúde às necessidades específicas das pessoas idosas;
- A promoção e desenvolvimento intersectorial de ambientes capacitadores da autonomia e independência das pessoas idosas.

A Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável tem como Eixos estratégicos:

- **Saúde** – Promoção de iniciativas e práticas que visem reduzir a prevalência, adiar o aparecimento e controlar o agravamento e o impacto das doenças crónicas e da redução das capacidades físicas e mentais nas pessoas idosas e potenciar a sua autonomia.
- **Participação** – Promoção da educação e formação ao longo do ciclo de vida incluindo estratégias de promoção da literacia em saúde e incentivo à criação de ambientes físicos e sociais protetores e potenciadores da integração e da participação das pessoas idosas na sociedade e nos processos de decisão que afetam a sua vida.
- **Segurança** – Apoio a iniciativas e práticas que visem minimizar riscos e promover o bem-estar e a segurança das pessoas idosas.
- **Medição, monitorização e investigação** – Promoção da investigação científica na área do envelhecimento ativo e saudável, potenciando o levantamento de necessidades, o desenvolvimento, monitorização e avaliação de intervenções e a disseminação de boas práticas e da inovação.

Desta forma, as medidas contempladas no PDS de Viana do Castelo visam contribuir para uma estratégia de intervenção integrada e concertada no âmbito do envelhecimento no concelho, através:

- Do investimento na criação e alargamento das respostas sociais do concelho e da sua adequação às necessidades específicas da população idosa;
- Da promoção da saúde e da prevenção da doença, nomeadamente no âmbito da demência;
- De respostas que apoiem e capacitem a rede de suporte formal e informal, nomeadamente os cuidadores informais de pessoas idosas em situação de maior dependência;
- Da criação de sinergias e respostas que promovam o envelhecimento ativo, previnam o isolamento social e atenuem a solidão das pessoas idosas;
- Do fortalecimento de uma intervenção integrada e articulada entre os diversos parceiros.

5.1.6 Eixo 6 – Deficiência e Incapacidade

O Eixo 6 do presente PDS decorre diretamente de uma das áreas prioritárias definidas em sede do diagnóstico social 2020.

Enquanto instrumento político orientador, a nível europeu, é de referir a Estratégia Europeia para a Deficiência (2010-2020)⁵, a qual visa “promover uma Europa sem barreiras e capacitar as pessoas com deficiência para que possam usufruir dos seus direitos e participar plenamente na sociedade e na economia”, através de oito grandes áreas de atuação⁶.

Esta é igualmente uma área prioritária a nível nacional, o que se reflete na Estratégia Nacional da Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025 (ENIPD)⁷, proposta pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a qual assenta no pressuposto de que a inclusão destas pessoas tem implicações transversais em todas as áreas das políticas públicas, pelo que os desafios que se colocam são de natureza muito diversificada, o que implica uma abordagem holística e sistémica.

A ENIPD 2021-2015 está organizada em oito eixos estratégicos de intervenção:

1. Cidadania, Igualdade e Não Discriminação
2. Promoção de um Ambiente Inclusivo
3. Educação e Qualificação
4. Trabalho, Emprego e Formação Profissional
5. Promoção da Autonomia e Vida Independente
6. Medidas, Serviços e Apoios Sociais
7. Cultura, Desporto, Turismo e Lazer
8. Conhecimento, Investigação, Inovação e Desenvolvimento

De referir que, seguindo a conceptualização do Instituto Nacional de Estatística, o conceito de deficiência é encarado neste plano de forma mais abrangente, contemplando o conceito de incapacidade que se reporta aos diferentes níveis de limitações funcionais da pessoa, mas também às limitações/barreiras na relação com o seu meio ambiente, “que impedem a sua participação plena e efetiva na sociedade⁸”.

A finalidade e respetivos objetivos definidos neste eixo refletem as prioridades identificadas no concelho de Viana do Castelo nesta área de intervenção pelos atores locais, as quais se encontram alinhadas com as áreas prioritárias, a nível nacional e internacional, em matéria de inclusão das pessoas com deficiência.

Neste sentido, no concelho de Viana do Castelo pretende-se promover a qualidade de vida e a integração da pessoa com deficiência / incapacidade, atuando para isso a vários níveis:

⁵ Aceder em: <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1484&langId=en>

⁶ Área de atuação: 1) Acessibilidade a bens e serviços; 2) Participação: remoção das barreiras à igualdade de participação na vida pública e nas atividades de lazer e promoção de prestação de serviços comunitários de qualidade; 3) Igualdade: combate à discriminação e promoção a igualdade de oportunidades; 4) Emprego: aumento da representatividade no mercado de trabalho; 5) Educação e Formação: promoção da educação inclusiva e de oportunidades de formação contínua, bem como o acesso igualitário a uma educação de qualidade; 6) Proteção Social: promoção de condições de vida condignas e combate à pobreza e exclusão social; 7) Saúde: promoção da igualdade de acesso aos serviços de saúde e instalações relacionadas; e 8) Ação Externa: promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência no Quadro da Ação Externa da União Europeia.

⁷ ENIPD 2021-2015 resulta da proposta apresentada pelo Grupo de Trabalho criado pelo Despacho nº 15/MTSSS/2019, de 29 de julho, do Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, e encontra-se ainda em fase de consulta pública, até ao dia 24 de dezembro de 2020. Aceder em: <https://www.inr.pt/documents/11309/284924/ENIPD.pdf/5bce7969-0918-4013-b95d-2a5a35a870c5>

⁸ In: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ratificada por Portugal em 2009)

- Promover medidas facilitadoras da empregabilidade das pessoas com deficiência/incapacidade, com vista à sua inserção profissional;
- Melhorar as condições de informação, acessibilidade, e mobilidade das pessoas com deficiência/incapacidade, com vista à sua autonomização e à eliminação de barreiras à sua integração;
- Melhorar e diversificar as respostas e serviços sociais dirigidos às pessoas com deficiência/incapacidade e suas famílias;
- Sensibilizar e capacitar a comunidade para uma resposta mais adequada às necessidades das pessoas com deficiência/incapacidade;
- Promover uma maior articulação e trabalho em Rede entre o setor social e deste com o setor empresarial.

Desta forma, será crucial a definição de uma estratégia concertada de intervenção concelhia nesta área em específico, a qual se irá materializar na elaboração do Plano Municipal para a Área da Deficiência.

5.2 Matrizes de planeamento

Eixo 1 – Ação Social, Famílias e Comunidade

Finalidade: Consolidar uma intervenção concertada no âmbito do apoio à Família / Indivíduo

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis ⁹	Calendarização	Indicadores de execução
1. Garantir uma intervenção territorial concertada no âmbito da Ação Social	1.1. Identificar e mapear os recursos existentes no concelho no âmbito da intervenção social (equipamentos, respostas, serviços, programas e projetos)	1.1.1 Elaboração da Carta Social do Concelho			Carta Social elaborada e divulgada
		1.1.2 Criação do Observatório Social			Observatório criado e em desenvolvimento
	1.2. Melhorar a articulação entre os diversos atores locais que intervêm em diferentes áreas de intervenção social, de forma a permitir uma maior eficiência e eficácia da sua ação	1.2.1 Criação e manutenção de Equipa Coordenadora Local, multidisciplinar, na área da intervenção social			Equipa criada e com intervenção no território
		1.2.2 Criação e manutenção de grupos de trabalho por áreas temáticas, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> • Envelhecimento • Infância e juventude • Deficiência e Incapacidade • Pessoas em situação de sem-abrigo (já criado) • Saúde • Emprego e formação profissional 			Grupos de trabalho criados e com intervenção no território

⁹ As colunas relativas a entidades responsáveis pela execução das medidas propostas, bem como a sua calendarização deverão ser acordadas pela Rede Social em conjunto com as entidades parceiras do CLAS

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis ⁹	Calendarização	Indicadores de execução
		1.2.3 Criação de plataforma digital restrita a atores locais para partilha de informações, recursos, projetos, procedimentos diversos, boas práticas			Plataforma criada e em funcionamento N.º de acessos à plataforma
	1.3 Qualificar as organizações da comunidade local para uma intervenção social concertada de âmbito concelhio	1.3.1 Criação de um plano de formação anual, com foco na uniformização de procedimentos e práticas de intervenção social nas diferentes áreas para atores sociais locais / Instituições e Entidades locais			Plano elaborado e implementado
2. Garantir a existência de políticas locais em áreas de intervenção específicas	2.1. Garantir um acompanhamento integrado, concertado e multidisciplinar a famílias / indivíduos em situação de maior vulnerabilidade	2.1.1 Manutenção e desenvolvimento dos modelos de intervenção existentes (ex.: SAAS)			Modelo desenvolvidos e em implementação
		2.1.2 Elaboração e implementação da Estratégia Local para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo			Estratégia elaborada, divulgada e em implementação
		2.1.3 Elaboração e implementação da Estratégia Local para a Integração das Comunidades Ciganas			Estratégia elaborada, divulgada e em implementação
		2.1.4 Elaboração e implementação do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação			Plano elaborado, divulgado e em implementação
		1.1.5 Implementação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes			Plano em implementação
		2.1.6 Elaboração e implementação do Plano Local para o Envelhecimento			Plano elaborado, divulgado e em implementação

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis ⁹	Calendarização	Indicadores de execução
		2.1.7 Elaboração e implementação do Plano Local para a Infância e Juventude			Plano elaborado, divulgado e em implementação
		2.1.8 Elaboração e implementação do Plano Local para a Inclusão das Pessoas com Deficiência			Plano elaborado, divulgado e em implementação

Eixo 2 – Emprego e Formação Profissional

Finalidade: Aumentar o potencial de empregabilidade da população do concelho

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis ¹⁰	Calendarização	Indicadores de execução
1. Criar as condições favoráveis para o aumento da empregabilidade no concelho	1.1 Garantir o acesso à informação sobre a oferta formativa (escolar e profissional) e de emprego no concelho	1.1.1 Criação, divulgação e manutenção de uma plataforma onde constem as ofertas formativas existentes no concelho			Plataforma criada e divulgada N.º de acessos à plataforma
		1.1.2 Criação de uma plataforma de divulgação das ofertas de emprego no concelho			Plataforma criada e divulgada N.º de acessos à plataforma
	1.2 Contribuir para o planeamento informado e de sucesso do percurso profissional das crianças e jovens	1.2.1 Desenvolver ações sobre empreendedorismo, construção de projetos de vida e participação cívica desde o 2º Ciclo do Ensino Básico			N.º de ações realizadas N.º de alunos envolvidos
		1.2.2 Ações de sensibilização sobre empregabilidade e formação, dirigidas a grupos populacionais específicos, com exposição de casos de sucesso			N.º de ações realizadas N.º de participantes
2. Investir na qualificação/formação da população em idade ativa	2.1 Suprimir as necessidades de mão de obra existentes no território através do aumento da qualificação da população	2.1.1 Identificação das necessidades de formação específicas do mercado de trabalho local			Documento sobre necessidades de formação produzido e partilhado
		2.1.2 Definir e implementar um plano de formação adaptado às necessidades do mercado de trabalho e aos interesses e competências de populações-alvo específicas			Plano de formação definido e implementado N.º de pessoas formadas com aproveitamento

¹⁰ As colunas relativas a entidades responsáveis pela execução das medidas propostas, bem como a sua calendarização deverão ser acordadas pela Rede Social em conjunto com as entidades parceiras do CLAS

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis ¹⁰	Calendarização	Indicadores de execução
					N.º de pessoas formadas integradas na área de formação
		2.1.3 Criação de programas de incentivo ao trabalho técnico especializado			N.º de programas criados N.º de beneficiários
3. Promover uma ação concertada e integrada entre os atores locais por forma a contribuir para o aumento das oportunidades formativas, de capacitação e de acesso ao mercado de trabalho	3.1 Contribuir para o aumento da empregabilidade de grupos mais vulneráveis	3.1.1 Divulgação e implementação de medidas de emprego para pessoas em situação de vulnerabilidade social e económica (ex.: pessoas com deficiência, migrantes)			Medidas de emprego divulgadas N.º de pessoas integradas no mercado de trabalho através das medidas de emprego
		3.1.2 Sensibilizar o tecido empresarial para implementação de medidas de emprego acompanhado			N.º de ações realizadas N.º de empresas participantes
		3.1.3 Criar plataforma de comunicação entre instituições do setor social e do tecido empresarial <ul style="list-style-type: none"> Partilha de necessidades e recursos Partilha de boas práticas Avaliação e comunicação de resultados 			Plataforma criada e em funcionamento N.º de acessos à plataforma
	3.2 Promover condições para a fixação de profissionais qualificados no território	3.2.1 Definição de medidas de incentivo à fixação e contratação de residentes no concelho com níveis de qualificação diferenciados			Medidas definidas e implementadas
	3.3 Aumentar o compromisso do setor empresarial ao nível das medidas definidas no PDS	3.3.1 Contemplar a representação das associações empresariais sediadas no concelho no Grupo de Trabalho			N.º de associações empresariais representadas no Grupo de Trabalho

Eixo 3 – Saúde Mental

Finalidade: Promover a qualidade de vida e integração da pessoa com problemáticas de saúde mental

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis ¹¹	Calendarização	Indicadores de execução
1. Garantir uma intervenção territorial concertada no âmbito da deficiência e incapacidade	1.1 Definir e consolidar medidas e estratégias concertadas de intervenção na área da saúde mental	1.1.1 Elaborar o Diagnóstico da Saúde Mental, com identificação de áreas prioritárias (integra Diagnóstico de Saúde)			Documento elaborado e apresentado publicamente
		1.1.2 Elaborar o Plano Local da Saúde Mental (integra Plano Local de Saúde ¹²)			Plano elaborado, apresentado publicamente e divulgado
	1.2 Fortalecer a rede de parceiros com intervenção na área da saúde / saúde mental	1.2.1 Criar plataforma da rede de parceiros, com vista à divulgação de informação relevante e partilha de projetos, experiências de intervenção e boas práticas			Plataforma criada e em funcionamento N.º de parceiros com participação assídua na plataforma
		1.2.2 Criação de um grupo de trabalho, com envolvimento de atores distritais, para a definição de uma Estratégia Distrital ao nível da Saúde Mental			Grupo de trabalho criado e em funcionamento N.º de parceiros envolvidos Assiduidade em reuniões do grupo
2. Facilitar e reforçar o acesso a serviços de saúde mental	2.1 Garantir o acesso a respostas adequadas às necessidades da população, ao nível da saúde mental	2.1.1 Reforçar a intervenção comunitária, nas áreas: <ul style="list-style-type: none"> • Infância e juventude • Envelhecimento • Deficiência 			N.º de medidas implementadas Variação do n.º de utentes abrangidos

¹¹ As colunas relativas a entidades responsáveis pela execução das medidas propostas, bem como a sua calendarização deverão ser acordadas pela Rede Social em conjunto com as entidades parceiras do CLAS

¹² Incluir medidas que garantam o acesso a serviços de saúde por parte de populações migrantes e refugiados, bem como incluir medidas que garantam o acesso a informação e atividades promotoras de mudança de atitudes e comportamentos no âmbito da saúde / saúde mental e medidas específicas no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências.

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis ¹¹	Calendarização	Indicadores de execução
de qualidade e adequados às necessidades da população		<ul style="list-style-type: none"> • Grupos populacionais específicos mais vulneráveis 			
		<p>2.1.2 Criar e reforçar respostas sociais no âmbito da saúde mental, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Internamento • Ambulatório • Residências • Comunitárias (ex.: fóruns ocupacionais) • RNCCISM • Para patologias específicas (ex.: demência) 			<p>N.º de medidas implementadas N.º de utentes abrangidos</p>
3. Qualificar os cuidadores formais e informais de pessoas com doença mental	3.1 Aumentar a qualidade do apoio prestado à pessoa com doença mental	3.1.1 Dinamizar ações de formação e informação ao cuidador formal e informal			<p>N.º de ações de formação e informação realizadas N.º de participantes</p>
4. Sensibilizar para a diferença	4.1 Diminuir o estigma e a discriminação da pessoa com doença mental	4.1.1 Ações de sensibilização para a comunidade em geral e para grupos específicos (ex.: comunidade escolar, forças de segurança, tecido empresarial, entre outros)			<p>N.º de ações de sensibilização realizadas N.º de participantes</p>

Eixo 4 – Infância e Juventude

Finalidade: Consolidar uma intervenção integrada na área da Infância e Juventude, com vista a uma mudança positiva na qualidade de vida das crianças e jovens do concelho

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis ¹³	Calendarização	Indicadores de execução
1. Garantir uma intervenção territorial concertada no âmbito da Infância e Juventude	1.1 Definir e consolidar medidas e estratégias concertadas de intervenção preventiva na área de Infância e Juventude	1.1.1 Elaborar o Diagnóstico da Infância e Juventude do concelho, com identificação de áreas prioritárias			Documento elaborado e apresentado publicamente
		1.1.2 Elaborar o Plano Local de Promoção dos Direitos da Criança e dos Jovens e da Prevenção e Combate a situações de risco / perigo			Plano elaborado e apresentado publicamente Apresentação de candidatura ao Programa “Cidade Amiga das Crianças (UNICEF)” ¹⁴
		1.1.3 Criação de um grupo de trabalho, com envolvimento de atores distritais, para a definição de um Plano Distrital ao nível da Prevenção na área da Infância e Juventude			Grupo de trabalho criado e em funcionamento N.º de parceiros envolvidos Assiduidade em reuniões do grupo
	1.2 Fortalecer a rede de parceiros com intervenção na área da infância e juventude	1.2.1 Criar plataforma da rede de parceiros, com vista à divulgação de informação relevante e partilha de projetos, experiências de intervenção e boas práticas			Plataforma criada N.º de acessos à plataforma

¹³ As colunas relativas a entidades responsáveis pela execução das medidas propostas, bem como a sua calendarização deverão ser acordadas pela Rede Social em conjunto com as entidades parceiras do CLAS

¹⁴ <https://unicef.pt/o-que-fazemos/o-nosso-trabalho-em-portugal/programa-cidades-amigas-das-criancas/>

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis ¹³	Calendarização	Indicadores de execução
		1.2.2 Reforçar a parceria com <i>stakeholders</i> chave (ex.: Ministério Público, Serviços de Saúde) no âmbito da intervenção com famílias, crianças e jovens (ex.: contemplar a sua participação no Grupo de Trabalho)			N.º de <i>stakeholders</i> chave comprometidos em atividades de parceria
2. Qualificar / capacitar os profissionais, entidades e serviços com intervenção na área da infância e juventude	2.1 Melhorar a qualidade da resposta promovida pelas entidades de primeira linha com intervenção em matéria de infância e juventude	2.1.1 Criar e implementar o plano de formação-ação co-construído por e para os agentes/entidades de primeira linha			Plano de formação criado N.º de participantes formados
3. Garantir a existência de respostas adequadas às necessidades das famílias, crianças e jovens	3.1 Reforçar e qualificar as respostas existentes para fazer face às necessidades das crianças e jovens e suas famílias	3.1.1 Alargar a capacidade de resposta do CAFAP			Variação do n.º de famílias apoiadas pelo CAFAP
		3.1.2 Candidatura a linhas de financiamento e ou estabelecimento de parcerias para construção e/ou adaptação das respostas já existentes			N.º de financiamentos e/ou apoios de parceiros obtidos N.º de respostas adaptadas ou construídas Variação do n.º de utentes abrangidos
		3.1.3 Alargamento do horário de funcionamento dos equipamentos / respostas (face às necessidades das famílias)			Nº de equipamentos /respostas com horário alargado
		3.1.4 Ações de melhoria / requalificação dos espaços escolares (interiores e exteriores)			N.º de equipamentos com melhorias
	3.2 Garantir o acesso a respostas de ocupação saudável dos tempos livres	3.2.1 Aumentar as respostas de CATL no concelho, nomeadamente para crianças com idade superior a 12 anos			Variação do n.º de respostas de CATL

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis ¹³	Calendarização	Indicadores de execução
		3.2.2 Criar respostas atípicas para a implementação e/ou adequação de respostas CATL, com alargamento de horários			Nº de respostas atípicas criadas
		3.2.3 Estabelecer parcerias com entidades e associações locais (desportivas e/ou culturais) para a implementação de projetos de desenvolvimento de competências pessoais e sociais em contexto não formal (ex: Playfull Paradigm)			Nº de crianças e jovens que frequentam os programas, por ano

Eixo 5 – Envelhecimento

Finalidade: Consolidar uma intervenção integrada na área do envelhecimento, com vista a uma mudança positiva na qualidade de vida das pessoas idosas do concelho

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis ¹⁵	Calendarização	Indicadores de execução
1. Garantir uma intervenção territorial concertada no âmbito do Envelhecimento	1.1 Definir e consolidar medidas e estratégias concertadas de intervenção na área do envelhecimento, a nível concelhio	1.1.1 Elaborar o Diagnóstico do Envelhecimento, com identificação de áreas prioritárias			Documento elaborado e apresentado publicamente
		1.1.2 Elaborar o Plano Local do Envelhecimento			Plano elaborado, apresentado publicamente e divulgado
		1.1.3 Criação da Comissão de Proteção de Idosos <ul style="list-style-type: none"> Inclui medidas de divulgação dos direitos sociais 			CPI criada e em funcionamento N.º de parceiros envolvidos
	1.2 Identificar e mapear os recursos existentes, com intervenção no concelho, na área das pessoas idosas	1.2.1 Atualizar as respostas e projetos existentes no âmbito do apoio às pessoas idosas (integra Carta Social do concelho)			Carta Social elaborada e apresentada publicamente
	1.3 Fortalecer a rede de parceiros com intervenção na área do envelhecimento	1.3.1 Criar plataforma da rede de parceiros, com vista à divulgação de informação relevante e partilha de projetos, experiências de intervenção e boas práticas			Plataforma criada e em funcionamento N.º de instituições envolvidas N.º de acessos à plataforma
2. Garantir a existência de respostas	2.1 Adequar as respostas às necessidades das pessoas idosas e dos seus cuidadores informais	2.1.1 Investir no alargamento de respostas sociais, nomeadamente de ERPI, Centro de Dia e SAD			N.º de novas vagas para as respostas sociais de ERPI e SAD

¹⁵ As colunas relativas a entidades responsáveis pela execução das medidas propostas, bem como a sua calendarização deverão ser acordadas pela Rede Social em conjunto com as entidades parceiras do CLAS

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis ¹⁵	Calendarização	Indicadores de execução
adequadas às necessidades das pessoas idosas					N.º de Instituições com novos acordos de cooperação com o ISS, IP (para as respostas de ERPI, Centro de Dia e SAD)
		2.1.2 Reforçar a capacidade de resposta ao nível das ajudas técnicas			Variação do n.º de ajudas técnicas disponíveis
		2.1.3 Investir na capacitação dos cuidadores formais e informais			N.º de ações de capacitação realizadas N.º de cuidadores formais e informais que participaram nas ações de capacitação % de cuidadores formais e informais que percecionam ter aumentado os seus conhecimentos e competências
		2.1.4 Candidatura a linhas de financiamento e ou estabelecimento de parcerias para construção e/ou adaptação das respostas já existentes			N.º de instituições que se candidataram a financiamento para construção / adaptação das respostas existentes N.º de instituições que receberam financiamento Variação do n.º de utentes abrangidos

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis ¹⁵	Calendarização	Indicadores de execução
		2.1.5 Criação de serviços específicos para pessoas com demência (ex.: unidades de neuroestimulação)			N.º de serviços específicos criados para pessoas com demência e em funcionamento Taxa de ocupação
	2.2 Diminuir a sobrecarga física e psicológica dos cuidadores informais	2.2.1 Criação de rede de cuidadores informais voluntários			Rede de cuidadores informais criada e em funcionamento N.º de cuidadores informais voluntários
		2.2.2 Criar condições para a existência de vagas nas ERPI locais em regime transitório / temporário			N.º de ERPI com vagas de regime transitório N.º de vagas criadas
3. Prevenir e combater situações de isolamento social e geográfico	3.1 Identificar e mapear as pessoas idosas que se encontram em isolamento social e geográfico	3.1.1 Criação de um sistema de geolocalização das pessoas idosas			Sistema de geolocalização criado e em funcionamento N.º de entidades parceiras envolvidas N.º de pessoas geolocalizadas
		3.2 Diminuir o número de pessoas em situação de risco ou de isolamento social e/ou geográfico	3.2.1 Reforçar e manter as medidas de atuação existentes <ul style="list-style-type: none"> • Pulseiras SOS • Regime do maior acompanhado • ECI Estatuto do Cuidador informal • Teleassistencia 		Taxa de variação do n.º de pessoas beneficiadas
		3.2.2 Ativação de redes sociais (vizinhança, família, amigos)			N.º de idosos, com potencial risco de

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis ¹⁵	Calendarização	Indicadores de execução
					isolamento, com redes sociais ativas
		3.2.3 Realização de ações de formação orientadas para a formação ao longo da vida (qualificada e de acordo com as necessidades atuais e interesses da pessoa) (<i>reskilling e upskilling</i>)			N.º de ações de formação realizadas N.º de participantes % de participantes que considera ter ficado mais capacitado
		3.2.4 Realização de atividades intergeracionais através da articulação com instituições que intervêm na área da infância, juventude e população em idade ativa			N.º de atividades intergeracionais realizadas através da colaboração com as instituições do concelho N.º de participantes

Eixo 6 – Deficiência e Incapacidade

Finalidade: Promover a qualidade de vida e a integração da pessoa com deficiência / incapacidade

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis ¹⁶	Calendarização	Indicadores de execução
1. Garantir uma intervenção territorial concertada no âmbito da deficiência e incapacidade	1.1 Definir e consolidar medidas e estratégias concertadas de intervenção na área da deficiência, a nível concelhio	1.1.1. Elaborar o Diagnóstico da Deficiência, com identificação de áreas prioritárias			Documento elaborado e apresentado publicamente
		1.1.2. Elaborar o Plano Municipal da Deficiência			Plano elaborado, apresentado publicamente e divulgado
	1.2 Fortalecer a rede de parceiros com intervenção na área da deficiência	1.2.1 Criar plataforma da rede de parceiros, com vista à divulgação de informação relevante e partilha de projetos, experiências de intervenção e boas práticas			Plataforma criada e em funcionamento N.º de acessos à plataforma
2. Promover medidas facilitadoras da empregabilidade das pessoas com deficiência/incapacidade, com vista à sua inserção profissional	2.1 Garantir a igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho	2.1.1 Criação de uma Rede de Apoio ao Emprego Protegido no concelho de Viana do Castelo			Rede de Apoio constituída N.º de entidades envolvidas N.º de pessoas apoiadas
		2.1.2 Criação de uma equipa multidisciplinar ao nível da empregabilidade			Equipa criada e em funcionamento
		2.1.3 Criação da figura de "Mediador/a para o Emprego Protegido" que acompanhe todo o processo de (re)inserção profissional da pessoa com deficiência/incapacidade			Figura de "Mediador/a para o Emprego Protegido" criada

¹⁶ As colunas relativas a entidades responsáveis pela execução das medidas propostas, bem como a sua calendarização deverão ser acordadas pela Rede Social em conjunto com as entidades parceiras do CLAS

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis ¹⁶	Calendarização	Indicadores de execução
	2.2 Articular com empresas e instituições locais para a criação de postos de trabalho adaptados a pessoas com deficiência/incapacidade	2.2.1 Sensibilização do tecido empresarial e instituições sociais locais sobre as capacidades e competências das pessoas com deficiência/incapacidade			Nº de empresas e instituições contactadas
		2.2.2 Identificar as necessidades do mercado de trabalho ajustadas a perfis específicos			Documento realizado e partilhado
		2.2.3 Divulgar junto das empresas do concelho as medidas de apoio ao emprego disponibilizadas pelo IEFP para pessoas com deficiência/incapacidade			Nº de empresas com conhecimento sobre as medidas de emprego
	2.3 Qualificar as pessoas com deficiência/incapacidade ao nível de competências profissionais orientadas para a inserção no mercado de trabalho	2.3.1 Criar um serviço de formação ao nível da empregabilidade na área da deficiência/incapacidade			Serviço criado e em funcionamento
		2.3.2 Adequar as ações de capacitação profissional já existentes a nível local às características e necessidades da pessoa com deficiência/incapacidade e/ou criar novas ações			Nº de ações de capacitação adaptadas; Nº de novas ações de capacitação criadas
		2.3.3 Criar oportunidades de formação em contexto de trabalho			N.º de ações de formação em contexto de trabalho criadas
3. Melhorar as condições de acessibilidade e mobilidade das pessoas com deficiência/incapacidade,	3.1 Promover ações de melhoria da acessibilidade e mobilidade	3.1.1 Criar plataforma para identificação das necessidades e recursos existentes			Plataforma criada e em funcionamento
		3.1.2 Elaboração de um plano de intervenção no edificado público para eliminação das barreiras existentes			Plano elaborado

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis ¹⁶	Calendarização	Indicadores de execução
com vista à sua autonomização		3.1.3 Incentivar a melhoria e adaptação das acessibilidades nos estabelecimentos de comércio local, através da criação do selo “comércio acessível”			Regulamento publicado N.º de empresas com selo “comércio acessível”
		3.1.4 Conceber guias e manuais orientadores de eliminação de barreiras físicas e comunicacionais e de conceção / desenho de produto			Guias e manuais criados e divulgados
		3.1.5 Aumentar a rede de transportes adaptados			Variação do n.º de transportes adaptados existentes no território
4. Melhorar e diversificar as respostas e serviços sociais dirigidos às pessoas com deficiência/incapacidade e suas famílias	4.1 Alargar a oferta das respostas residenciais	4.1.1 Reforçar a capacidade da resposta de Lar Residencial			Variação do n.º de vagas para a resposta de Lar Residenciais disponibilizadas
		4.1.2 Criar projeto de residências de autonomia (apartamentos), com apoio técnico especializado			N.º de residências de autonomia disponibilizadas
	4.2 Reforçar e inovar as respostas/serviços já existentes	4.2.1 Alargar o número de vagas no Centro de Atividades Ocupacionais existente no concelho			N.º de novas vagas abertas no CAO
		4.2.2 Criar unidades de neuro-estimulação para pessoas com deficiência mais profunda			N.º de unidades criadas

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis ¹⁶	Calendarização	Indicadores de execução
		4.2.3 Criar resposta de apoio domiciliário específico para pessoas com deficiência			Resposta criada e em funcionamento N.º de vagas disponibilizadas
		4.2.4 Reforçar as Equipas de Intervenção Precoce			N.º de novos técnicos contratados para as Equipas de Intervenção Precoce
		4.2.5 Reforçar os serviços de atendimento especializado a pessoas com deficiência/incapacidade (ex.: deficiências sensoriais, motoras, intelectuais, degenerativas)			Serviço reforçado e em funcionamento N.º de pessoas atendidas
		4.2.6 Criar uma rede de profissionais especializados na área, de apoio aos cuidadores (formais e informais)			Nº de sessões/ações de apoio dinamizadas pela rede de profissionais N.º de pessoas capacitadas para apoio a cuidadores
5. Sensibilizar e capacitar a comunidade e resposta mais adequada às necessidades das pessoas com deficiência/incapacidade	5.1 Garantir o acesso a ações de sensibilização e de formação dirigidas a profissionais, cuidadores e comunidade sobre a área de deficiência	5.1.1 Realização de ações de sensibilização de âmbito comunitário, direcionadas a públicos específicos (nomeadamente, a nível empresarial)			Nº de ações de sensibilização realizadas, por tipo de públicos abrangidos N.º de participantes
		5.1.2 Dinamizar ações de formação/capacitação dirigidas aos cuidadores formais e informais (famílias)			Nº de ações de capacitação realizadas;

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis ¹⁶	Calendarização	Indicadores de execução
					Nº de cuidadores informais e formais participantes
		5.1.3 Disponibilizar formação especializada dirigida a profissionais que trabalham na área da deficiência			Nº de ações de formação criadas e realizadas; Nº de profissionais envolvidos

5.3. Oportunidades e desafios à implementação do PDS

Qualquer PDS insere-se num processo de planeamento estratégico que procura dar resposta às necessidades específicas das populações e dos territórios, e como tal, deve ter em linha de conta as oportunidades e desafios/constrangimentos que poderão surgir no seu processo de implementação.

Nesse sentido, no âmbito dos *workshops* realizados com os atores locais foram identificados alguns aspetos a ter em consideração:



Oportunidades

- Possibilidade de desenvolver uma ação concertada e integrada no âmbito do desenvolvimento social no concelho de Viana do Castelo;
- Planeamento integrado, tendo em conta todas as dimensões dos problemas identificados em diagnóstico;
- Reforço das redes de parceria existentes e estabelecimento de novas parcerias relevantes;
- Maior articulação e envolvimento do tecido empresarial do concelho na implementação de ações;
- Potenciar e ampliar a intervenção já realizada pelas instituições a nível local;
- Possibilidade de alargamento de respostas já existentes.



Desafios / constrangimentos

- Existência de processos demasiado burocratizados que podem interferir com a implementação de ações em tempo útil;
- Comprometimento com o PDS e a possível resistência à mudança por parte das entidades (públicas e privadas);
- Falta de financiamento público para a concretização de algumas ações;
- Disponibilização de recursos por parte das entidades (humanos e financeiros);
- Legislação nem sempre alinhada com as necessidades locais.



De referir que os próprios eixos de intervenção apresentam oportunidade e desafios / constrangimentos, desde logo ao nível da convergência de todas as entidades locais para intervenção proposta no plano. Numa leitura mais específica de cada um dos eixos é, assim, possível elencar oportunidades e constrangimentos concretos ao desenvolvimento das ações definidas, os quais se apresentam de seguida:

Eixo 1 - Ação Social, Famílias e Comunidade



OPORTUNIDADES:

- Trabalho colaborativo já instituído entre várias instituições (agrupamentos escolares, IPSS, clubes desportivos e culturais, IPVC, ULSAM, CMVC, entre outras)
- Existência de entidades que mobilizam ou aglutinam vários atores (Município, Segurança Social)
- Instituições mobilizadoras, no terreno, com “especialização” nas diferentes áreas que podem ser uma mais-valia na organização das estratégias locais / grupos de trabalho/ liderança de projetos em articulação com os restantes parceiros
- Existência de linhas de financiamento nacionais e comunitárias
- Existência de recursos humanos capacitados

CONSTRANGIMENTOS:

- Entidades muito “fechadas” sobre os seus públicos/ métodos, com pouco pensamento estratégico
- Sustentabilidade das respostas: respostas “pontuais” (ex.: Projetos) vs. Respostas continuadas no tempo (ex.: Serviços)
- Desinvestimento na formação contínua dos técnicos / dirigentes das Instituições e qualificação das respostas

Eixo 2 - Emprego e Formação Profissional



OPORTUNIDADES:

- Rede de parceiros com hábitos de trabalho colaborativo
- Proximidade do concelho de pólos universitários (Minho, Porto; Santiago de Compostela) para estabelecimento de parcerias
- População migrante em idade jovem (sobretudo no âmbito de programas formativos)

CONSTRANGIMENTOS:

- Dinâmica do mercado de trabalho influenciada por fatores macroeconómicos
- Desencontro entre as qualificações detidas pelas pessoas e as que o mercado de trabalho procura
- Rede de transportes públicos “desconectada” dos pólos industriais, pólos habitacionais e de horários de estruturas de apoio à família (escolas, creches, Jardins de Infância, CATL)
- Falta de oportunidades de trabalho / ocupação (remunerada) para pessoas que se encontrem em desvantagem no acesso ao mercado “regular” de emprego
- Aumento das situações de exclusão social devido à escassez de ofertas de trabalho adequadas às populações mais vulneráveis



OPORTUNIDADES:

- Instituições com prática consolidada nesta área de intervenção
- Previsão de financiamento para a área da saúde mental no âmbito do PRR
- Importância de se trabalhar na Prevenção
- Existência de Planos Nacionais na área da saúde mental / referenciais estratégicos
- Boas práticas e experiências de sucesso em Portugal de aproximação entre setor social e saúde

CONSTRANGIMENTOS:

- Inexistência / insuficiência de formação e qualificação dos profissionais na área da saúde mental em diferentes contextos (nomeadamente no contexto educativo e escolar)
- Desgaste das famílias que acompanham doentes com patologia mental
- Aumento da prevalência de problemas ao nível da saúde mental em todas as faixas etárias (a nível nacional)
- Insuficiência de respostas e equipas, quer ao nível clínico/ saúde, quer de base comunitária
- Dificuldade de articular com algumas Instituições / decisores, em tempo útil, para a resolução dos processos (ULSAM – Psiquiatria e Ministério Público)
- Pouca adesão das pessoas ao processo de tratamento e acompanhamento médico
- Respostas ocupacionais e de promoção de autonomia de pessoas com doença mental crónica, sem potencial de empregabilidade
- Sustentabilidade das respostas
- Instituições com pouca dinâmica de partilha e de agilizar na solução de problemas concretos

Eixo 4 - Infância e Juventude



OPORTUNIDADES:

- Instituições com bons projetos / boas práticas (Ex.: ESE)
- Baixos custos para a implementação de algumas das medidas propostas
- Linhas de financiamento existentes e cada vez mais atentas para projetos na área da infância e juventude
- Oferta desportiva do Município com qualidade e diversidade suficiente para poder, nesta fase, repensar a oferta descentralizada
- Integração do Município na rede de cidades que apostam no “Playful Paradigm”
- Candidatura à cidade europeia do desporto e à cidade amiga das crianças (UNICEF)
- Abertura das Associações desportivas e culturais locais para a integração de crianças e jovens nas várias atividades
- Plano de Recuperação e Resiliência com investimento para capacitação dos agentes educativos e desportivos

CONSTRANGIMENTOS:

- Insuficiência / ausência de respostas ao nível da saúde mental para a infância e juventude
- Falta de sensibilidade por parte de alguns dos atores que intervêm nesta matéria
- Escassez de respostas de intervenção na família (com jovens acolhidos) no intuito da reintegração familiar
- Sobrecarga / multiplicidade de funções realizadas por alguns técnicos
- Escassez de recursos humanos e financeiros

Eixo 5 - Envelhecimento



OPORTUNIDADES:

- Programas e Projetos já implementados com sucesso (boas práticas no território)
- Existência de Programa de Voluntariado do Município (Bem Me Quer + Perto), do Programa APOIO 65 (GNR/ PSP), das Pulseiras SOS
- Existência de respostas sociais (SAD, Centro de Dia e Centro de Convívio)
- Valorização do Regime do Maior Acompanhado
- Valorização do Estatuto do Cuidador Informal

CONSTRANGIMENTOS:

- Poucas respostas institucionais protocoladas
- Demora nas respostas institucionais
- Desresponsabilização das famílias
- Vulnerabilidade económica (rendimentos insuficientes / baixas reformas)
- Habitações sem condições de conforto



OPORTUNIDADES:

- Existência do Decreto de Lei n. 94/2019 (Quotas de emprego para pessoas com deficiência, com grau de incapacidade igual ou superior a 60%)
- Possibilidade de realizar ações de sensibilização através das escolas
- Possibilidade de realizar formação em contexto de trabalho
- Possibilidade de investir num novo paradigma de intervenção, centrado na comunidade
- Existência de conhecimento e experiência de anos de trabalho de algumas Instituições do concelho

CONSTRANGIMENTOS:

- Envelhecimento dos cuidadores (cuidadores a precisar de cuidados)
- Resistência a “fazer diferente” (no sentido da desinstitucionalização)
- Falta de dados atualizados relativamente à área da deficiência que inviabiliza a criação de estruturas adequadas para as especificidades de cada situação
- Custos elevados com o desenvolvimento de respostas alternativas à institucionalização

6. Implementação e Avaliação do PDS

6.1. Implementação do PDS do Concelho de Viana do Castelo

O presente PDS resulta de uma definição conjunta de eixos prioritários para a promoção do desenvolvimento social local, refletindo assim uma visão integrada e perspetivando uma intervenção concertada no âmbito da intervenção social no concelho de Viana do Castelo.

Ao definir como estratégia transversal o reforço da intervenção em rede no concelho, o PDS 2021-2025 visa promover e fortalecer a participação e articulação colaborativa entre parceiros na concretização das ações propostas neste documento. Desta forma, considera-se que será possível garantir uma maior eficiência, eficácia e adequabilidade do PDS à realidade concelhia, refletindo-se em respostas sociais no território de maior qualidade.

Nesta perspetiva, o PDS pretende servir de *“enquadramento e orientação a todas as intervenções para a promoção do desenvolvimento social, quer no âmbito da operacionalização do Plano pelo CLAS (através do Plano de Ação) ou fora dele, procurando vincular as iniciativas de todos os atores relevantes no desenvolvimento social do concelho”*¹⁷. Com este fim, torna-se imperativo a elaboração de **planos de ação** por cada eixo estratégico enquanto etapa chave para a operacionalização do PDS, através da implementação de programas, projetos e/ou ações (já existentes ou a criar), de âmbito mais restrito, sempre em linha com as grandes estratégias e objetivos definidos no presente documento.

Nesta senda, a não definição de prioridades nas ações propostas é um convite ao planeamento negociado com os parceiros envolvidos e à tomada de decisão partilhada entre parceiros no que diz respeito à implementação das mesmas.

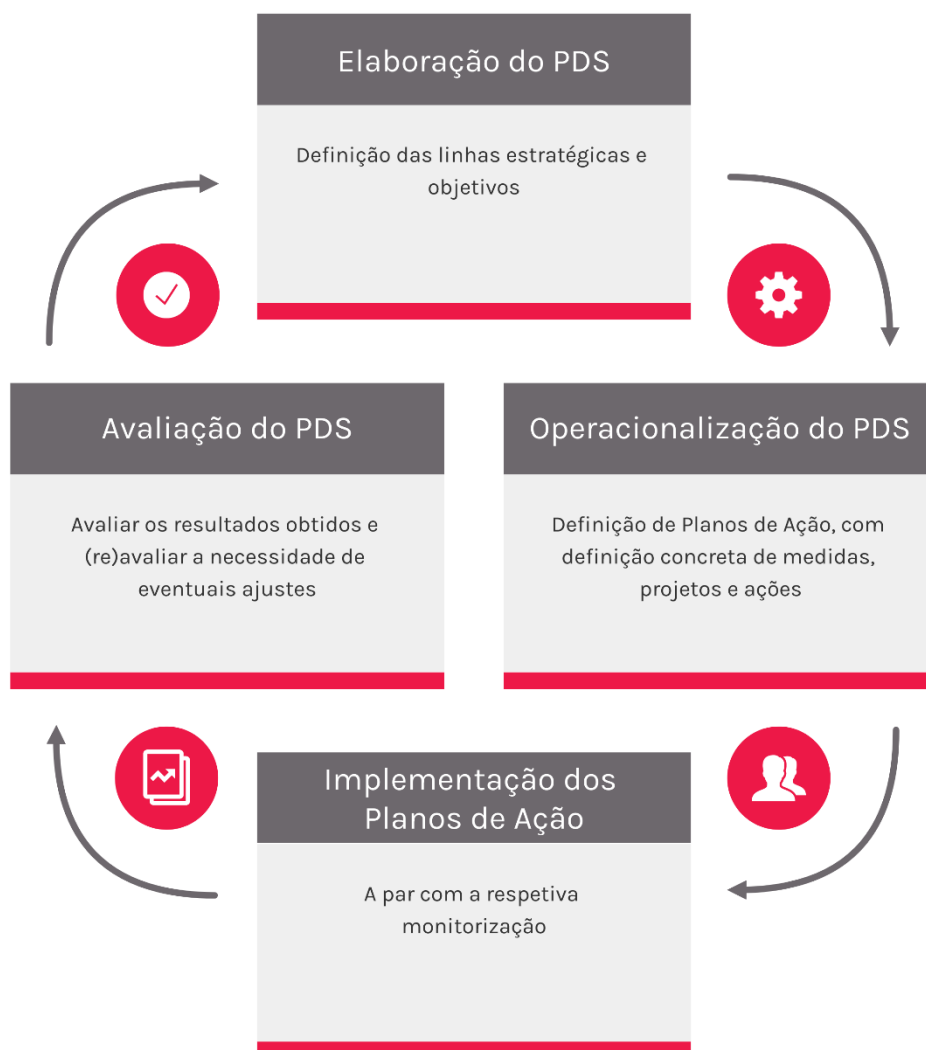
Um plano de ação deve contemplar¹⁸:

- Definição de atividades e tarefas;
- Identificação de atribuições de cada entidade envolvida e das pessoas responsáveis em cada entidade pela execução das tarefas;
- Identificação geográfica das atividades (territórios);
- Definição de calendário associado às atividades definidas;
- Definição dos recursos que são necessários mobilizar e dos métodos de atuar.

Ainda no âmbito do planeamento estratégico, é fundamental prever, enquanto etapas do planeamento, a **monitorização** dos referidos planos de ação, assim como a **avaliação** da implementação do PDS, num processo que se pretende dinâmico.

¹⁷ Fonte: IDS (2002). Plano de Desenvolvimento Social

¹⁸ Fonte: IDS (2002). Plano de Desenvolvimento Social



6.1.1. Recomendações para a implementação

Como já referido o reforço da intervenção em rede constitui-se como fator essencial para a implementação do plano que se apresenta. Neste sentido, e tendo em vista o desenvolvimento de uma intervenção social mais eficaz, é fundamental dinamizar e potenciar o próprio funcionamento da Rede Social, através do fortalecimento da articulação e comunicação entre as entidades parceiras e os diferentes atores sociais.

Nesta medida, recomenda-se a implementação de estratégias capazes de potenciar e facilitar a articulação em rede, tais como:

- ➔ Mapeamento atualizado das respostas, programas e projetos existentes no concelho, por cada eixo estratégico, com a identificação das entidades envolvidas no seu desenvolvimento;

- ➔ Definição de metas realistas, negociadas e partilhadas por todos os atores, com definição dos responsáveis por cada ação e os mecanismos a utilizar para reporte, no âmbito dos planos de ação a elaborar;
- ➔ Definição de um plano de comunicação transversal ao PDS, com ações concretas, que acompanhe todo o processo de implementação e permita dar visibilidade aos resultados alcançados;
- ➔ Implementação de um sistema de informação partilhado (ex.: plataforma digital interinstitucional), que permita o reporte das ações realizadas e a partilha de outra informação relevante para a implementação do PDS (ex.: candidaturas, fontes de financiamento, boas práticas);
- ➔ Manutenção e reforço do funcionamento dos grupos de trabalho temáticos interinstitucionais da Rede, definindo como âmbito de trabalho a operacionalização do PDS;
- ➔ Dinamização de momentos de reflexão em grupo (alargado e/ou restritos) ao longo do processo, formação e intervenção por área temática;
- ➔ Disponibilização de formação aos técnicos das instituições parceiras da Rede em áreas/temas relevantes constantes nos vários eixos estratégicos do PDS, de forma a permitir a clarificação de conceitos e a partilha de metodologias, técnicas e de instrumentos relevantes.

6.2 Avaliação do PDS do Concelho de Viana do Castelo

A avaliação deve permitir monitorizar os níveis de concretização, bem como identificar pontos de reorientação ou de reforço das ações. Avaliar o processo permite-nos qualificar a intervenção, a partir da aferição da adequabilidade dos objetivos definidos e da perceção dos reais impactos da implementação das ações para o desenvolvimento social concelhio, bem como identificar as principais dificuldades e boas práticas, possibilitando reajustes/reformulações das ações propostas que conduzam a uma maior adequação à realidade.

É desde aqui que se propõe a implementação de um **sistema de monitorização e avaliação do PDS 2021-2025**, que deverá ser contínuo e transversal a todo o processo e organizado em torno de dois eixos:

- a) Monitorização, onde deverão ser utilizados indicadores de dimensão operacional e estratégica (indicadores de execução constantes nas matrizes de planeamento). A monitorização que resulta da comparação entre o planeado e o efetivamente executado permitirá assegurar um acompanhamento contínuo da implementação, devendo, por isso ser realizada de forma mais regular, com periodicidade a ser definida pelo CLAS;
- b) Avaliação, que deverá contemplar a utilização de indicadores de impacto que permitam aferir as mudanças decorrentes da implementação do PDS junto dos públicos-alvo, através da definição de critérios e de questões de avaliação.

Desta forma, a definição dos critérios de avaliação que irão orientar a reflexão crítica da implementação do PDS, os quais devem contemplar a definição de questões de avaliação e a identificação de indicadores (de monitorização e de impacto), fontes, métodos e instrumentos de recolha e os responsáveis por essa recolha.

Não obstante o facto de caber ao CLAS a definição de todas estas dimensões, apresentamos de seguida uma possível proposta de matriz de avaliação, organizado por alguns critérios considerados como particularmente importantes nas avaliações de intervenções para o desenvolvimento¹⁹, a saber:

- ➔ **Relevância e Coerência:** avalia a adequabilidade dos objetivos definidos no PDS face às necessidades e áreas prioritárias identificadas, em sede de diagnóstico. Foca a avaliação da coerência e adequação entre objetivos, ações e resultados/metaprevistas.
- ➔ **Eficiência:** centra-se na avaliação da relação entre os efeitos produzidos pela ação e os recursos mobilizados.
- ➔ **Eficácia:** avalia a contribuição dos resultados obtidos para o alcance dos objetivos estratégicos definidos no PDS, ou seja, em que medida os objetivos foram atingidos, ou se espera que sejam alcançados.
- ➔ **Impacto:** centra-se na avaliação dos impactos produzidos pela implementação do PDS, ou seja, em que medida as ações e/ou projetos desenvolvidos provocaram mudanças positivas ou negativas, intencionais ou não.
- ➔ **Sustentabilidade:** avalia a probabilidade de continuidade dos benefícios produzidos pelo PDS após o seu término.

Critério de avaliação	Questões de avaliação	Indicador(es)	Fontes
Relevância e Coerência	A estratégia de intervenção (incluindo finalidades, objetivos e respetivas ações) é relevante face às necessidades diagnosticadas em diagnóstico?	Coerência entre finalidades/ objetivos/ ações e problemas/necessidades identificadas	Relatórios de atividade Dados de monitorização
	As ações implementadas e os resultados alcançados são coerentes com os objetivos inicialmente definidos?	Coerência entre as ações e os resultados a alcançar e as mudanças previstas nos objetivos	Atores chave/entidades envolvidas na implementação (perceção)
Eficiência	Os resultados produzidos com a implementação do PDS, implicaram um investimento adequado e razoável de recursos?	Adequação entre recursos financeiros utilizados e objetivos/resultados alcançados	Registos do PDS (recursos implicados por ação)
Eficácia	Os objetivos e resultados previstos foram alcançados?	Taxa de concretização dos objetivos e resultados definidos	Registos das metas previstas (indicadores de execução)
Impacto	A implementação do PDS permitiu responder às necessidades dos públicos e territórios previstos?	Distribuição dos resultados alcançados por públicos, territórios e entidades	Registo dos resultados alcançados

¹⁹ Com base nos critérios de avaliação da OECD (OECD, Evaluating Development Cooperation, 2nd Edition, p. 13-14).

	A implementação do PDS gerou impactos de longo prazo nos públicos, entidades e territórios previstos?	Evidência de mudanças produzidas para além das diretamente garantidas pelas ações do PDS (verificação de concretização dos objetivos estratégicos)	Taxa de concretização de objetivos estratégicos Atores chave/entidades envolvidas na implementação (perceção) População abrangida pelas ações desenvolvidas (perceção)
Sustentabilidade	As respostas/projetos/ações criados, no âmbito da implementação do PDS, têm condições para se manterem após 2025?	Existência de contratualização a médio/ longo prazo das respostas criadas	Contratos das respostas criadas

6.2.1 Recomendações para a avaliação

Tendo em vista um sistema de monitorização e avaliação partilhado, recomenda-se a conceção e implementação de estratégias facilitadores do processo:

- ➔ Diversidade na natureza da informação, prevendo a utilização de indicadores qualitativos e quantitativos;
- ➔ Adoção de uma abordagem multi-método no que diz respeito aos métodos, instrumentos e estratégias de recolha de informação;
- ➔ Utilização de metodologias participativas como princípio fundamental na recolha de informação, assegurando que todos os atores implicados são envolvidos;
- ➔ Manutenção de um processo de avaliação contínuo, contemplando momentos de *feedback* que permitam uma reflexão *ongoing* acerca da implementação e a redefinição dos indicadores de avaliação se for caso disso;
- ➔ Realização de relatórios intermédios, que conduzam a pistas para o reforço ou atualização dos planos de ação.

7. Referências Bibliográficas e sites consultados

Direção-Geral da Saúde. Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025 (Despacho n. º12427/2016).

Direção-Geral da Saúde (2006). Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas. Lisboa: DGS.

Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Nova de Lisboa (2013). Estudo Epidemiológico Nacional de Saúde Mental – 1º Relatório.

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021 – 2025 (ENIPD). Despacho nº 15/MTSSS/2019, de 29 de julho de 2020. Aceder em: <https://www.inr.pt/documents/11309/284924/ENIPD.pdf/5bce7969-0918-4013-b95d-2a5a35a870c5>

Schiefer, U. et al. (2006). MAPA – Manual de Planeamento e Avaliação de Projetos. São João do Estoril: Principia.

Sites consultados:

<http://www.cm-viana-castelo.pt/>

<https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1484&langId=en>

http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/pessoas_deficiencia_convencao_sobre_direitos_pessoas_com_deficiencia.pdf



logframe

